



"Registre-se que o futuro do Brasil depende em muito da Amazônia, região onde se concentra a maior riqueza vegetal do mundo e fabulosas reservas de água potável." (Na justificativa da proposta de Emenda Constitucional que dá à Zona Franca de Manaus a denominação de Polo Industrial da Amazônia Brasileira, em 17/12/2004.)



"O Polo Industrial de Manaus deve ser considerado patrimônio do povo brasileiro, assim como consideramos patrimônio do povo brasileiro a indústria automobilística sediada no centro-sul." (Ao encaminhar a votação do Projeto de Lei da Informática - Senado Federal, em 16/9/04.)



Senado Federal



PSDB/AM

ARTHUR
VIRGÍLIO
NETO

ATIVIDADES
POLÍTICO-PARLAMENTARES
2004

DEFESA DA AMAZÔNIA

PÓLO INDUSTRIAL EM VEZ DE ZFM
SALVOS O PÓLO DE TV E OS EMPREGOS
REESTABELECE A COMPETITIVIDADE

COMBATE AO GOVERNO LULA

CRONOLOGIA DE ESCÂNDALOS E DESACERTOS
O CAMINHO PERIGOSO DO ALTIORITARISMO

BRASÍLIA – 2005



SENADOR

ARTHUR VIRGÍLIO NETO

PSDB-AM

**ATIVIDADES POLÍTICO-PARLAMENTARES
2004**

**DEFESA DA AMAZÔNIA
COMBATE AO GOVERNO LULA**

ÍNDICE

- | | |
|--|---|
| <p>3 Nota da Editoria
AMAZÔNIA</p> <p>4 Importância da Amazônia</p> <p>5 Pólo Industrial, novo nome</p> <p>6 Produção Industrial</p> <p>7 Salvo o pólo de TVs</p> <p>8 ICMS glosados
Argentina e ZFM
Energia em Manaus
Medicamentos</p> <p>9 PIS-COFINS, uma vitória</p> <p>10 Gasolina para pesca
Pesca predatória</p> <p>11 Senado e defesa da Amazônia</p> <p>12 Santa Casa, apelo
Diabetes</p> <p>13 Homenagem a amazonenses</p> <p>14 Aplausos ao Film Festival
Mais 350 empregos
Raimundo Rodrigues</p> <p>15 O Guaraná e sua lenda
Ciência e tecnologia</p> <p>16 Cupuaçu, Fruta Nacional
Casas de Madeira, boa idéia
Febre Aftosa</p> <p>POLÍTICA</p> <p>17 Quarto “Mais Influente”
Grandes Momentos</p> <p>18 Líder, novamente
Pesquisas duvidosas</p> <p>19 Voto em trânsito
Virgílios e Sarney</p> <p>20 “Cavalheiro da Boca Maldita”</p> | <p>21 Pelo Brasil, nas campanhas
160 Requerimentos</p> <p>22 Sem direito a CPI
Papel no chão</p> <p>23 Um “basta” às MPs</p> <p>24 Aécio e o “déficit zero”</p> <p>25 Escalada do autoritarismo</p> <p>26 FHC e o celeiro do mundo</p> <p>27 O caos administrativo</p> <p>28 “FHC falará quando quiser”</p> <p>29 O Governo, nas notícias (ruins)</p> <p>31 “Minha honra, meu patrimônio”</p> <p>32 Cronologia dos escândalos e desacertos</p> <p>35 Ação condenável do PT</p> <p>36 Aplausos, merecidos
Patentes ideológicas
Emendas orçamentárias</p> <p>37 Banestado, uma “molequeira”</p> <p>38 Tréguas
Ministério da Defesa
PF e Duda</p> <p>39 Oposição aprimora PPPs</p> <p>40 Senador tem razão
Almoço com Skaf</p> <p>41 Pareceres: dever cumprido
Kaká</p> <p>42 O desânimo no campo
Sanha do fisco</p> <p>43 Política externa canhestra</p> <p>44 Petrobras e prejuízos
Preocupação com esporte</p> <p>45 Maratona na tribuna</p> <p>46 Marca-passo
Filhos subtraídos</p> <p>47 Proposições apresentadas em 2004</p> |
|--|---|

Expediente

Publicação elaborada pelo Gabinete do senador Arthur Virgílio Neto e impressa
pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal



O senador Arthur Virgílio Neto em seu Gabinete, no Senado.

NOTA DA EDITORIA

Duas importantes vitórias foram obtidas pelo senador Arthur Virgílio Neto, em 2004, em relação ao pólo industrial de Manaus. Primeiro, com os senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Peres, a ativa participação do governador Eduardo Braga e a colaboração da superintendente da Suframa, Flávia Grosso, e seus assessores, conseguiu afastar a ameaça que pairava sobre o setor de televisão, o coração da Zona Franca. Foi eliminado o dispositivo do projeto da Lei de Informática, defendido por outros Estados, que retirava a competitividade da produção de Manaus, o que acarretaria fuga de empresas e desemprego.

Depois foi em relação ao PIS–Cofins, que encarcera a produção da Zona Franca. Uma tentativa de restabelecer a situação anterior acabou frustrada por veto do presidente Lula, que somente depois se advertiu para o erro cometido. Este foi reparado, no fim de novembro, graças à mobilização comandada, na Câmara, pelo deputado Pauderney Avelino (PFL – AM), que, junto com seus colegas amazonenses, conseguiu vitória por unanimidade. No Senado, sempre apoiado por seus conterrâneos, Arthur Virgílio liderou os entendimentos e a matéria foi aprovada no dia seguinte.

Animado por essas conquistas, o senador amazonense concretizou a iniciativa que já tinha há algum tempo em mente. Propôs que

na Constituição a Zona Franca de Manaus passe a ser denominada de Pólo Industrial da Amazônia Brasileira, nome condizente com a realidade de hoje.

A Amazônia continua sendo a preocupação central do senador. Foi objeto de nada menos que 38 discursos em 2004, fora a apresentação de requerimentos de informações endereçados a Ministros de Estado.

O senador, não obstante, manteve destacada atuação no plano político nacional, o que lhe valeu a quarta colocação entre os dez parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo pesquisa do DIAP, e a recondução, antecipadamente e por unanimidade, para a Liderança da bancada do PSDB no ano legislativo de 2005.

Seus veementes discursos contra os rumos (ou ausência deles) do Governo Lula e contra atos de corrupção levaram até um colunista de um jornal de Natal a dizer que ele lembrava “os grandes momentos do Senado”. Graças a essa atuação, Arthur Virgílio Neto acabou convidado a ajudar na campanha do segundo turno de candidatos do PSDB, ou por este apoiados, em várias capitais.

Esta revista, elaborada pelo Gabinete do senador Arthur Virgílio Neto, com base nas notas distribuídas à imprensa, apresenta, de forma jornalística, o balanço da atividade político-parlamentar do senador amazonense durante o ano de 2004. Ao pé das páginas, frases do senador.

IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA

Uma das primeiras providências tomadas pelo senador Arthur Virgílio Neto ao chegar ao Senado foi propor a criação da Subcomissão Permanente da Amazônia.

“Tive o cuidado – disse o senador – de vincular essa Subcomissão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ali, a Amazônia está bem e corretamente protegida.”

Esse cuidado, a seu ver, justifica-se. “Afinal – assinalou – a Amazônia situa-se em região de fronteiras internacionais, necessitando de ações objetivas de prevenção contra eventuais cobiças.”

Numa das Audiências Públicas promovidas pela Subcomissão, o arcebispo metropolitano de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, observou que “a

Amazônia não é patrimônio mundial, é patrimônio a serviço da Humanidade”.

“Minha plena concordância com as palavras do insigne prelado – disse Arthur Virgílio Neto – levou-me a adaptar essa colocação ao sentimento de todos nós, brasileiros. Na ocasião, acrescentei: *A Amazônia é patrimônio a serviço da Humanidade. Mas Terra Brasil!*”

“Não há mais dúvida – observou – de que assim será. Não persiste qualquer preocupação com a propalada internacionalização da Amazônia. Afirmo isso com convicção, pela certeza de que crescem, entre os brasileiros, o apreço e a disposição de tudo fazer para que a Amazônia continue, aos olhos do mundo, como Terra Verde-Amarela.”

No Senado, sobretudo a partir da criação da Subcomissão Permanente da Amazônia, os esforços do senador orientam-se nessa direção. ■



Casa Típica das margens de rios, na Amazônia.

PÓLO INDUSTRIAL, NOVO NOME

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto, formalizou, no dia 1º de dezembro, a apresentação da Proposta de Emenda Constitucional que anunciara, mudando a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

A iniciativa foi justificada com o argumento de que a Zona Franca deixou, há muito, de ser simples área de livre comércio, para transformar-se em autêntico pólo de industrialização regional.

“A Proposta que ora apresento – disse o senador – deve, pois, longe de qualquer ufanismo, ser interpretada como mais uma demonstração para o fortalecimento do sentimento amazônida, que já não é apenas dos amazonenses ou só dos povos do Norte. É de todos os brasileiros.”

Prosseguindo, Arthur Virgílio disse que “não perceber que a fronteira mais expressiva para o desenvolvimento econômico do Brasil é a Amazônia, a nossa fantástica região continental, será uma visão canhestra, irreal e desajeitada da realidade brasileira e do grande futuro do País”.

Na longa justificativa que acompanha a PEC, Arthur Virgílio lembra que a Zona Franca de Manaus foi criada pela Lei nº 3.173, de 1957, como Porto Livre. Dez anos depois, o Governo Federal ampliou a legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por trinta anos para a implantação de um pólo industrial, comercial e

agropecuário, tendo como centro a cidade de Manaus. Em 1968, os benefícios foram estendidos a toda a Amazônia Ocidental, abrangendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e mais o Amapá, este na banda Oriental. O objetivo era o de ocupar a região amazônica, dado seu elevado conteúdo estratégico decorrente das riquezas naturais, a baixa densidade demográfica e o grande interesse internacional.

IMPORTÂNCIA CRESCENTE

Esse modelo propiciou a implantação de um parque industrial de importância crescente no desenvolvimento econômico e social da região. Diante dessa realidade, a Constituição Federal de 1988 con-



Vista do Pólo Industrial

sagrou a Zona Franca de Manaus no art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando por mais 25 anos suas características de área de livre comércio, de exportação e importação e de incentivos fiscais.

Com a tendência de liberalização e globalização da economia mundial e a consequente abertura do mercado brasileiro às impor-

tações, a partir de 1991, o modelo da Zona Franca de Manaus foi reformulado. A competição com os produtos importados fez com que a indústria de Manaus passasse por processo de reconversão industrial com redução de custos, aumento da qualidade e produtividade. Foi também substituído o critério de índices

“Estão querendo curar câncer com mertiolate... câncer se cura com quimioterapia, cirurgia. Sobretudo quando está indo para a metástase.” (Ao pedir o afastamento do ministro José Dirceu, como resposta ao escândalo dos bingos – Senado Federal, em 20/02/04).

mínimos de nacionalização pela prática do Processo Produtivo Básico (PPB), bem como estimulada a busca pelo mercado externo.

Como resultado da reestruturação efetivada, o faturamento do setor industrial passou a crescer a taxas expressivas, alcançando US\$ 10,5 bilhões, em 2003. As exportações passaram da faixa dos US\$ 100 milhões, em meados dos anos 90, para US\$ 1,2 bilhão em 2003. O número de empregados na indústria situa-se em torno de 75 mil. No parque industrial de Manaus agrega-se valor local em índices superiores a 70%.

Esses números, segundo Arthur Virgílio Neto, demonstram que a Zona Franca de Manaus tem se voltado, cada vez mais, para as exportações e para o desenvolvimento científico e tecnológico. Algumas empresas optaram pela Zona Franca como plataforma de exportação, como, por exemplo, a multinacional Nokia, produtora de telefone celular.

“Nessa nova fase – assinalou – não cabe mais a visão preconceituosa e errônea de que o parque industrial de Manaus seria apenas indústria de montagem.” Citou palavras proferidas pelo líder do Governo no Senado, Aloízio Mercadante (PT-SP), quando se votava a prorrogação dos incentivos fis-

cais da Lei de Informática: “Quem conhece a Zona Franca como eu, sabe o que é o pólo industrial, científico e tecnológico. Entretanto, construiu-se uma imagem precária da Zona Franca. Sugiro, inclusive, que mudemos a denominação da Zona Franca para Pólo Industrial, por ser aquele um pólo de desenvolvimento industrial muito importante.”

O senador amazonense disse ter considerado que emenda à Constituição seria a forma mais adequada para a mudança da denominação e preferiu incluí-la no texto permanente porque o *Pólo Industrial da Amazônia Brasileira* é realidade não datada no tempo e, portanto, não caberia a mudança de sua denominação nas disposições transitórias da Carta Magna. Optou também por nome mais abrangente, incluindo a menção à Amazônia brasileira, tendo em vista a importância estratégica desse pólo para a região e para o País como um todo.

“Ademais – enfatizou – registre-se que o futuro do Brasil depende em muito da Amazônia, região que concentra a maior riqueza vegetal do mundo e fabulosas reservas de água potável.” ■

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Em maio, quando se divulgou que no mês anterior, segundo o IBGE, a produção industrial brasileira registrara elevação de 6,7%, Arthur Virgílio Neto foi à tribuna do Senado para assinalar que o Estado do Amazonas deu substancial contribuição para esse crescimento.

“Os índices apurados no parque industrial do meu Estado – disse – especialmente na Zona Franca de Manaus, mostram que o crescimento foi exatamente o dobro da média nacional. E ocorre pela segunda vez consecutiva.”

O senador tomou por base o seguinte gráfico:



“Se Serra tivesse gravado Waldomiro indo à missa, poderia usar essa fita como denúncia? Importante é o delito, não quem o denunciou.” (Senado Federal, em 29/02/04).

SALVO O PÓLO DE TVS

Depois de mais de um mês de intensa luta e articulações, lideradas pelo senador Arthur Virgílio Neto, foram, finalmente, afastadas as ameaças ao pólo de televisores de Manaus, contidas no projeto da Lei de Informática. “O pólo de televisores é inegociável, por ser a base do parque industrial”, advertiu o senador.

Se o projeto de lei tivesse sido aprovado como viera da Câmara dos Deputados, a competitividade amazonense estaria comprometida, assinalou o senador, e, com ela, a economia do Estado, além de milhares de empregos, diretos e indiretos.

No dia 16 de setembro, logo após a votação do projeto – votação que Arthur Virgílio Neto conseguiu adiar várias vezes, até que se eliminassem os dispositivos prejudiciais – ele ressaltou ter sido relevante também a vitória política.

“Conseguimos – disse – despertar a consciência do Senado para o real significado do Pólo Industrial amazonense.” Diversos senadores, inclusive o líder do Governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), manifestaram essa compreensão.

“Isto, para nós, é uma grande conquista”, acrescentou o líder tucano. “Não há mais a visão de se estar impondo ao Brasil uma concessão ao Amazonas, com a qual alguns podiam concordar, outros não. O que ficou demonstrado é que estamos inseridos na preocupação do Brasil com o pólo tecnológico de ponta.”

AGREGAÇÃO DE VALOR

Os senadores, segundo o senador, tomaram conhecimento do que é Manaus hoje. “Argumentos antigos e caducos – disse – foram desmoralizados, como a idéia de que lá só se faziam montagens. O que lá se faz, e muito bem, é agregação de valor local.”

Contando com a colaboração do governador Eduardo Braga e a assessoria de técnicos da Sufrema, entre os quais José Alberto da Costa Machado, e principalmente da sua superintendente, Flávia Grosso, Arthur Virgílio Neto pôde demonstrar, com números, a pujança da ZFM. Das negociações, participaram também, ativamente, os outros dois senadores amazonenses, Jefferson Peres (PDT) e Gilberto Mestrinho (PMDB).

“O faturamento, este ano – assinalou – pode chegar a 14 milhões de dólares. A exportação começa a empatar com a importação. Manaus é um parque de produção industrial com suporte de pesquisa tecnológica absolutamente competente.”

“Manaus – prosseguiu – representa, hoje, 6% do PIB brasileiro. É um patrimônio do povo brasileiro, como o povo do Amazonas considera patrimônio seu e do povo brasileiro a indústria automobilística sediada no centro-sul do País. Os interesses de Manaus não conflitam com os interesses brasileiros.”

O senador disse ainda que o Amazonas está pronto para discutir a concessão de incentivo fiscal apenas para os que agreguem, de fato, valor regional à produção porque “já faz isso”.

COMEÇO DA LUTA

A batalha para salvar a Zona Franca de Manaus do duro golpe embutido no projeto da nova Lei de Informática começou em princípios de agosto, quando o líder do PSDB conseguiu adiar para a última semana do mês a votação do projeto e reabrir as negociações. O Governo concordou em rever a matéria depois que os senadores amazonenses demonstraram, com dados nas mãos, a importância da ZFM, não apenas para Manaus e o Amazonas, mas para todo o País. ■

“Existe uma mancebia do abafa com a preguiça.” (Ao criticar a prorrogação do recesso do Congresso – Senado Federal, em 26/02/04).

ICMS GLOSADOS

Num dos encontros que teve com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, companheiro de partido, o líder Arthur Virgílio Neto aproveitou para pedir a exclusão do Amazonas da lista dos Estados que tiveram os créditos de ICMS glosados pelo Governo paulista.

O senador assinalou que não teve a intenção de privilegiar seu Estado em detrimento de outros.

Explicou ao governador que a inclusão do Amazonas, na lista, resultara de equívoco.

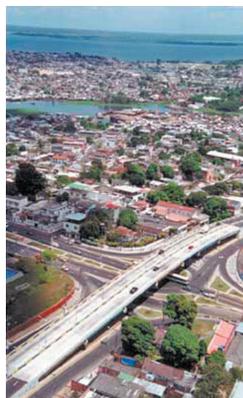
“O Amazonas – disse – é o único Estado que, nos termos da Lei Complementar nº 24, independente de convênio no Conselho dos Secretários de Fazenda-Confaz para conceder incentivos fiscais. E isso é lógico: se foi escolhido para sediar a Zona Franca e se o objetivo desta é desenvolver a região mais estratégica do País, a excepcionalidade fica plenamente justificada.” ■

ARGENTINA E ZFM

O líder do PSDB cobrou do Governo, em setembro, urgente solução para a crise comercial com a Argentina, “pois vem acarretando sérios prejuízos para a indústria brasileira em geral e particularmente para o Pólo Industrial de Manaus”.

Disse o senador que máquinas brasileiras de lavar aguardavam, na fronteira, as denominadas licenças não-automáticas para entrar no país vizinho. “Parece estar faltando mais ação das autoridades brasileiras”, criticou.

“Não é com propaganda – acrescentou – que se resolve o problema, como ironicamente o ministro do Comércio Exterior, Luís Fernando Furlan, sugeriu à Zona Franca fazer, segundo o jornal *Gazeta Mercantil*. O Governo argentino não lê anúncios nem tem tempo para isso. São os Governos, argentino e brasileiro, que estabelecem normas para evitar as barreiras comerciais. A eles cabe resolver os problemas que surgem” ■



“O Waldomiro está flinando pelas ruas de Brasília e não teve uma punição. A sindicância do Planalto nem o ouviu e o considerou culpado. Também não ouviu o ministro José Dirceu. Eles não queriam atingir a verdade”. (Folha de S. Paulo, em 12/04/04).

ENERGIA EM MANAUS

No dia 27 de setembro, o líder do PSDB encaminhou requerimento de informações à ministra das Minas e Energia a respeito do projeto de criação de novo consórcio para o abastecimento de energia elétrica em Manaus.

O senador mencionou noticiário da imprensa amazonense segundo o qual estariam sendo ultimados, no âmbito daquele Ministério, estudos para a criação do novo consórcio, que contaria com a participação da Petrobrás, da BR-Distribuidora, da Eletrobrás e da empresa privada Cigás. ■

MEDICAMENTOS

Em discurso proferido no primeiro semestre, o líder tucano Arthur Virgílio Neto cobrou do Governo a criação de laboratório para a produção de medicamentos na Região Norte.

“Estou seguro – disse – de que esse é o caminho mais adequado para estimular e dinamizar a pesquisa da biodiversidade da Amazônia.”

Lembrou ter sido essa uma das recomendações da CPI dos Medicamentos. ■

PIS-COFINS, UMA VITÓRIA

Entendimentos conduzidos pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto, com ativa participação dos outros dois senadores amazonenses, Jefferson Peres (PDT) e Gilberto Messtrinho (PMDB), permitiram ao Senado aprovar, no dia 25 de novembro, emenda em projeto de lei de conversão, incluída pela Câmara dos Deputados, corrigindo a distorção no Pis-Cofins que comprometera a competitividade da Zona Franca de Manaus.

O dispositivo aprovado “reduz a zero as alíquotas de contribuição para o Pis/Pasep e para o financiamento da seguridade social – Cofins incidentes sobre as receitas de vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização na Zona Franca de Manaus, por pessoa jurídica estabelecida fora da ZFM”.

PREJUÍZOS

Ao encaminhar a votação, em plenário, o senador disse tratar-se de matéria de alta relevância para seu Estado. “A questão do Pis-Cofins – acrescentou – tratada de forma inadequada pelo Governo, acabou trazendo graves prejuízos para o Pólo Industrial de Manaus. Onerou a produção e a taxaçaõ das operações internas, comprometendo a agregação de valor local na produção industrial.”

Lembrou que se tentara, anteriormente, consertar a situação por meio de emenda patrocinada, na Câmara, pela própria bancada governista, “mas o presidente da República, submetendo-se às pressões das mesmas forças que costumeiramente

atacam a Zona Franca, vetou a iniciativa”.

“De uma hora para outra – disse – a ZFM teve seu dinamismo podado pelo acréscimo de custos, de mais de 10% no preço final, o que comprometeu sua competitividade global.”

Posteriormente, o presidente da República comprometeu-se publicamente, perante empresários e a representação política do Amazonas, a resolver o problema, o que se fez somente agora, na Câmara, graças – ressaltou Arthur Virgílio Neto – a “amplo acordo conduzido pelo competente deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), com o apoio de toda a bancada do Amazonas”. A emenda, que recebera aval técnico da Receita Federal, foi aprovada por unanimidade.

NÃO É PRIVILÉGIO

“Não se trata – enfatizou o líder tucano – de novos privilégios ou incentivos, mas apenas de recompor o que era direito do Pólo Industrial de Manaus. A ZFM não é perdulária quanto aos tributos. Em 2001, os tributos federais, no Amazonas, representaram 10,7% do seu PIB. Em Minas Gerais, foram 8,72%, no Rio Grande do Sul, 9,87% e, em Santa Catarina, 7,95%. A renúncia fiscal ampliou-se em outras regiões e tem magnitude muito superior à praticada na ZFM. Em 1994, do total das renúncias fiscais brasileiras, 26,4% foram da Região Norte, 49,61% do Sudeste e 10,41% da Região Sul. Já em 2004, na Região Norte, foi de 20,05%, no Sudeste, 51,52%, e no Sul, 12,97%.” ■



Paisagem amazonense.

“Quem não deve não teme, quem for podre que se quebre, quem tiver a esconder que pague, quem for culpado que não escape”. (Ao insistir na profunda investigação do caso Waldomiro – Senado Federal, em 19/04/04).

GASOLINA PARA PESCA

Para atender a reivindicação de pescadores nacionais, principalmente de pequenos pescadores da Amazônia, o senador Arthur Virgílio Neto apresentou projeto de lei estendendo à gasolina a subvenção atualmente concedida, por lei de 1997, apenas ao óleo diesel.

O senador tomou a iniciativa depois de receber, por intermédio da Agência de Fomento do Estado do Amazonas-AFEAM, cópia de exposição de motivos, com o mesmo pedido, endereçada à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.

Para Arthur Virgílio, a reivindicação “é absolutamente justa”. Ele conhece bem a atividade dos profissionais que atuam na imensidão da malha aquática da Amazônia, grande parte dos quais faz pesca quase artesanal, utilizando pequenas em-

barcações movidas a gasolina, como as chamadas “rabetinhas”.

Não é justo, segundo o senador amazonense, que embarcações maiores, movidas a diesel, usufruam da subvenção, e os pequenos profissionais, que usam gasolina, não. A subvenção foi estabelecida para fortalecer a competitividade da pesca nacional, assegurando a esta preço de combustível não superior ao pago pelas embarcações estrangeiras.

Estendida a subvenção à gasolina, acrescentou, “a pesca mais artesanal se tornará competitiva e poderá dinamizar as economias locais, fortalecendo sistemas de produção econômica e ecologicamente sustentáveis”. “As pequenas comunidades do interior, até agora tão esquecidas – assinalou – poderão desenvolver-se. Além disso, maior produção de pescado acarretará redução de preço para o consumidor.” ■

PESCA PREDATÓRIA

Em discurso proferido no início de novembro, o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto, disse que as advertências para os males da pesca predatória no Amazonas, antes apenas locais, ganham agora amplitude internacional. “O grito de protesto – assinalou – chegou às páginas de *The New York Times*.”

“O grito é lancinante, prosseguiu, e, literalmente – até porque falo de pesca – se faz sentir por fisgadas. Fisgadas na alma de quem tem apreço pela Amazônia.”

“Quem faz o alerta – acrescentou, mostrando recorte da matéria – é o repórter Larry Rohter, o repórter de quem o nosso presidente da República parece não gostar muito. Só que o jornalista demonstra apreço ao País e, no caso, à Amazônia. A reportagem por ele produzida, numa viagem a Santa Maria do Pará, tem o título seguinte: *Pesca predatória afeta a população da Amazônia*.”

Na matéria, Rohter, segundo o senador, descreve cenas de pescaria predatória no Rio Amazonas e lamenta



que, “além de pequenos, e desavisados pescadores, também indústrias estejam de olho nesse tipo de pescaria que a nada conduz, a não ser à destruição”.

“No caso dessas indústrias – enfatizou o líder tucano – seria necessário aplicar todo o rigor das sanções previstas em leis. E quanto aos pequenos pescadores, caberia muito mais levar-lhes orientação e palavras que lhes mostrem o caminho mais adequado para a pesca.” ■

“O ministro José Dirceu, essa figura stalinista fora de moda, engula o que estou dizendo. Ele não manda no Congresso, não é articulador político e não controla o PSDB e a oposição.” (Senado Federal, em 27/05/04).

SENADO E DEFESA DA AMAZÔNIA

O líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto, em agosto, diante de notícias preocupantes, tomou, no Senado, duas providências para a preservação da Amazônia. “Mais do que nunca – afirmou – o Senado precisa assumir a defesa da Região.”

A primeira consistiu em requerimento de informações dirigido à ministra do Meio Ambiente, para esclarecer notícia divulgada pelo *Jornal Nacional*, da TV-Globo, segundo a qual o Governo planeja ceder áreas da Amazônia para exploração florestal.

SIMPÓSIO

A segunda foi sugestão formalmente encaminhada à Subcomissão da Amazônia para promover estudo de medidas de proteção da floresta amazônica. Propôs a realização de simpósio, com a participação de especialistas e de universidades federais, bem como possíveis medidas legislativas visando a evitar o desmatamento e a proteger as riquezas naturais.

O senador assinalou que os meios de comunicação veiculam, com crescente periodicidade, “idéias e ações que podem conduzir à devastação da Amazônia, a região estratégica do Brasil”.

CRIME AMBIENTAL

Ele citou noticiário que mencionava desmatamento de 65 mil hectares, “área do tamanho da Chapada dos Veadeiros”. A Chapada é extensa área tombada de Goiás, nas proximidades de Brasília.

“O crime ambiental – disse – foi identificado no município de Lábrea, em 2003, pelo Sistema de Proteção da Amazônia, o SIPAM, mediante cruza-

mento de fotos de satélites com dados de radares instalados em aviões.”

Segundo o noticiário, “um olhar lá do alto, lançado por satélites de vigilância, está mostrando o avanço da indústria madeireira e a grilagem de terras públicas na floresta amazônica”. “O que acontece no sul do Amazonas, prosseguiu, é a associação de crimes ambientais. Primeiro a madeira é retirada. Depois entram os grileiros que ocupam ilegalmente uma terra que pertence ao Governo federal. Por último, a área é arrendada para criadores de gado, que fazem o corte raso e levam a floresta inteira ao chão.”

Além disso, acrescentou, volta e meia surgem notícias de envio ilegal de frutos, essências, madeiras, folhas, sementes, às vezes com simples processamento dessas espécies, para a produção, no exterior, de produtos alimentícios ou cosméticos.

EXPORTAÇÃO

Em novembro, o senador Arthur Virgílio Neto encaminhou outro requerimento de informações à ministra do Meio Ambiente, para esclarecer notícia de que sua pasta estuda projetos para dobrar a exportação de madeira extraída da Amazônia. “Qual a motivação para estimular o aumento da exportação de madeira?”, perguntou. “O Ministério não teme que o desmatamento se amplie, com prejuízos para a Amazônia?”

MERCÚRIO

No início de dezembro, em mais um requerimento, destinado à mesma ministra, indagou sobre denúncia de estar ocorrendo contaminação por mercúrio em rios da Bacia Amazônica, problema que preocuparia os governos de oito países da região. ■

“Então é melhor fazer a reunião na Antártida.” (Sobre a transferência do encontro de desagravo a José Dirceu, de Brasília para São Paulo, justificada por Genoíno como fuga do bochicho – Senado Federal, em 29/02/2004).

SANTA CASA, APELO

Em discurso pronunciado no Senado, no dia 9 de dezembro, Arthur Virgílio Neto dirigiu apelo ao Governo do Estado, ao presidente da República, à Previdência Social e à sociedade do Amazonas, para que seja reabertura a Santa Casa de Manaus.

“É medida humanitária e urgente”, afirmou. “A Santa Casa de Misericórdia de Manaus, um dos principais hospitais do Amazonas, parou! E não podia parar! Ficam prejudicados mil e quinhentos pacientes que mensalmente a ela recorrem.”

Acrescentou que a causa é a que se pode imaginar. A Santa Casa foi se debilitando aos poucos, mergulhada em forte crise financeira. E tudo se agravou desde que, há seis anos, deixou de contar com os recursos dos convênios que mantinha.

O senador amazonense assinalou que a Santa Casa tem nada menos que 124 anos de serviços prestados à população, principalmente à população mais carente. “São numerosos os casos de abnegada dedicação do seu corpo clínico”, disse, lembrando, de início, do nome do Dr. João Lúcio Pereira Machado, pai do atual provedor, Cláudio Machado.

“O Dr. João Lúcio, que por 20 anos exerceu o cargo de Diretor Clínico da Santa Casa – prosseguiu Arthur Virgílio Neto – foi, com o pai, desembargador João Pereira Machado, um dos principais responsáveis pela criação da Faculdade de Medicina



Milhares de pessoas sem atendimento.

do Estado do Amazonas. Ele fez história na Santa Casa. Outros nomes foram recentemente mencionados em artigo do médico pneumologista João Bosco Botelho, publicado por *A Crítica*, como os de Wallace de Oliveira, Platão Araújo, Ernani Correia, Osvaldo Gesta, Jorge Aucar, Gil Machado, Higinio Caetano e Paulo Lima.”

O senador concluiu que, até em homenagem à dedicação desses ilustres médicos e demais integrantes dos corpos clínico e administrativo, as autoridades e a sociedade amazonense estão no dever de se mobilizar e fazer todo o esforço possível para manter em funcionamento a Santa Casa de Misericórdia. ■

DIABETES

Depois de ler, no jornal *A Crítica*, matéria sobre o problema do diabetes e da obesidade, particularmente no Amazonas, Arthur Virgílio Neto requereu informações ao ministro da Saúde, no dia 21 de outubro, para

saber se há, em âmbito nacional, programas de prevenção e educativo.

Segundo a publicação, o mal, que pode acarretar até a cegueira, pode ser evitado por meio de campanhas educativas na área da alimentação. ■

“Está na hora deste Governo se governar.” (Senado Federal, em 20/05/2004).

HOMENAGEM A AMAZONENSES

O senador Arthur Virgílio Neto requereu Votos de Aplauso do Senado, em dezembro, a escolas e a personalidades amazonenses.

Uma das homenagens foi para o desembargador Federal do Trabalho José dos Santos Pereira Braga, por ter sido eleito para a Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Ele é professor de Direito do Trabalho e de Direito Agrário, da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas.

Luiz Bacellar, poeta, escritor e professor de Literatura, História e Música, foi outro homenageado. Considerado, segundo Arthur Virgílio Neto, o maior poeta do Amazonas, “chega aos 77 anos numa invejável performance literária, entremeada com muita irreverência e, como diz a repórter Elaíze Farias, do *Diário do Amazonas*, mantendo humor cortante, quase ranzinza, como se fora um lorde inglês morando nos trópicos”.

Outro Voto de Aplauso foi para a escritora e assistente social Magela Andrade, pelo lançamento do livro *Andirá – Memórias do Cotidiano e Representações Sociais*. O livro trata do cotidiano vivido pelas populações ribeirinhas da bacia do Rio Andirá, município de Barreirinha, no Amazonas.

“BENCHIMOL”, APLAUSOS

Por iniciativa do líder Arthur Virgílio Neto, os vencedores do *Prêmio Professor Samuel Benchimol*, em suas várias categorias, também tiveram Voto de Aplauso registrado nos Anais do Senado Federal. O Prêmio faz parte do Programa Ação Pró-Amazônia e tem o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O senador encaminhou à Mesa do Senado os nomes dos seguintes vencedores, com as respectivas categorias e trabalhos contemplados:

Juan David Revilla Cardenas (Amazonas), Categoria Social de 2004, “Qualidade de Produtores Rurais para aproveitamento de espécies vegetais, destinados a insumos de fitoterápicos e fiticosméticos”.

Nilson Luiz de Aguiar Carvalho (Amazonas), Categoria Econômica/Tecnológica de 2004, “Tecnologia do pescado aplicado ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro do Amazonas”.

João Tito Borges (Amazonas), Categoria Social de 2004, “Água limpa para pequenas comunidades da Amazônia”.

Jerusa de Souza Andrade (Amazonas), Categoria Econômica/Tecnológica de 2004, “Agregação de valor e conservação das matérias-primas regionais”.

Geraldo Lira de Souza (Amazonas), Categoria Social de 2004, “Jovem marceneiro”.

José Carlos Martins Brandão, Ronisley da Silva Martins, Jader Marconi de A. Portela e Jesuete Pacheco Brandão (Amazonas), Categoria Ambiental de 2004, “Sistemas agroflorestais e turismo como alternativa de desenvolvimento local no assentamento Tarumã-Mirim: comunidade agrícola de Tarumã-Açú”.

Suani Teixeira Coelho (São Paulo), Categoria Ambiental de 2004, “Comparação entre tecnologias de gaseificação de biomassa existentes no Brasil e exterior e formação de recursos humanos na Região Norte”.

Décio Ferreira da Silva (Rio de Janeiro), Categoria Ambiental de 2004, “Projeto Experimental para Compostagem”.

Alfredo Kingo Oyama Homma (Pará), Categoria Econômica/Tecnológica de 2004, “Formação e manejo de bacurizeiros nativos como econômica para áreas degradadas da Amazônia”.

ESCOLAS

A Escola Estadual Antenor Sarmiento também mereceu Voto de Aplauso por promover, na cidade de Manaus, sob a coordenação da professora Lucine Arruda Moreira, festival cultural que vem revelando talentos, inclusive de seus alunos. O festival faz parte do projeto pedagógico da instituição denominado “De olho nos talentos”, e tem por objetivo desenvolver, nos estudantes, habilidades para a arte e a cultura.

Arthur Virgílio Neto requereu ainda que fossem registrados nos Anais do Senado votos de Aplauso aos alunos do *Instituto de Educação do Amazonas – IEA*, em especial ao estudante Rafael Bezerra, “que interpretou, de forma inesquecível, o fundador do jornal *A Crítica*, Humberto Calderaro Filho, por ocasião da 3ª Mostra de História da escola”. ■

“A Igreja me tem como ovelha, mas não tem o meu voto.” (Sobre o “veto” da Igreja Católica à pesquisa de células-tronco – *Jornal de Brasília*, em 04/06/2004).

APLAUSOS AO "FILM FESTIVAL"

“Dentro de dez anos, o Festival de Manaus será tão importante como o de Cannes”, anunciou no Senado o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto, dizendo estar apenas lendo a previsão do produtor cinematográfico inglês Roland Joffré.

O senador, que justificava requerimento de Voto de Aplauso do Senado à Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas pela realização, em Manaus, do Amazonas Film Festival, disse ter sido a previsão publicada no jornal britânico *The Daily Telegraph*.

Roland Joffré, que dirigiu filmes como “A Missão” e “Gritos de Silêncio”, elogiou o Festival,

realizado no Teatro Amazonas, dizendo que a iniciativa é “a resposta da Amazônia para Cannes”.

Arthur Virgílio Neto elogiou o governador Eduardo Braga pela iniciativa e pediu que o Voto de Aplauso fosse levado ao conhecimento do Secretário de Cultura do Amazonas, Robério Braga e, por seu intermédio, aos cineastas amazonenses Silvino Santos, Márcio Souza, Djalma Limongi Batista, Aurélio Michiles, Roberto Kahanne e Luiz Maximiano de Miranda Corrêa, bem como à Le Public Système (LPS), co-promotora do Festival. ■

MAIS 350 EMPREGOS

O líder tucano Arthur Virgílio Neto requereu Voto de Aplauso do Senado à empresa Videolar da Amazônia, pela inauguração, em Manaus, no início de dezembro, de seu novo complexo de distribuição de itens ali produzidos, gerando mais 350 empregos, com o que chega a 2.800 trabalhadores diretos no Estado.

“A homenagem justifica-se – disse – diante do significado dos investimentos da Videolar no Amazonas. Só com a construção desse novo complexo, a empresa investiu US\$20 milhões. O investimento normal e anual da empresa na unidade de Manaus atinge US\$10 milhões, com índice de nacionalização de 72% dos produtos magnéticos, como VHS e disquetes. A capacidade da fábrica em Manaus é de 66 milhões de DVDs, 108 milhões de CDs, 42 milhões de CDRs, 36 milhões de VHS, 60 milhões de

disquetes, 360 milhões de embalagens e 120 mil toneladas de poliestireno. As exportações anuais chegam a R\$42 milhões. Além disso, utiliza poliestireno, cuja produção será baseada e apoiada no complexo de Urucu.” ■

RAIMUNDO RODRIGUES

No dia 8 de dezembro, o senador Arthur Virgílio Neto registrou, no Senado, voto de pesar pelo falecimento de Raimundo Muniz Rodrigues, pesquisador popular amazonense. Ele, assinalou, foi uma das mais gratas figuras da comunidade de Parintins, no Amazonas. “Em 1965 – disse – coube-lhe lançar as bases do hoje famoso Festival Folclórico. A população da cidade reconhece que foi ele quem carregou nas costas o Festival. É, pois, merecedor desta homenagem do Senado da República.” ■

‘Ele está enganado: eu, os 32 milhões de eleitores do Serra e os 53 milhões que elegeram o PT queremos mais de R\$ 260. Só o Presidente parece que não quer.’ (Sobre a afirmação de Lula de que nem o líder tucano no Senado gostaria tanto quanto ele, presidente, de um salário mínimo maior – *Jornal de Brasília*, em 07/06/2004).

O GUARANÁ E SUA LENDA

Devido a compromissos político-parlamentares, Arthur Virgílio Neto não pôde atender ao convite do prefeito Sidney Leite, de Maués, para assistir, em 2004, à XXV Festa do Guaraná, mas falou no Senado sobre a sua importância.

“De amanhã até sábado, dia 4 – disse, no dia 30 de novembro – a cidade de Maués, no Amazonas, estará mais uma vez atraindo milhares de turistas. A cidade, Capital do Guaraná, realiza sua tradicional festa, para celebrar a fruta que começa a ganhar até o interesse do exterior.”

O senador amazonense acrescentou que na Festa se costuma lembrar a lenda do guaraná, nome que vem do tupi e significa *parecido com os olhos humanos*. “Parece de fato”, assinalou. “É só abrir o fruto para se ver.”

Segundo a lenda, “os olhos” são a perenização dos de Caraçaporanga, a mais bela indiazinha da tribo dos maués que se apaixonou por um índio de tribo inimiga, amor impossível, na visão de seus irmãos, e que lhe custaria a vida. Ela e o namorado fugiram e procuraram abrigo ao pé de



Os olhos do guaraná

frondosa sapopema. Ali, Caraçaporanga, ajoelhada, pediu aos céus que tivessem pena dos dois, que não os separassem. O deus Tupã a atendeu. Fez um raio atingir os amantes, para grande espanto dos maués. Toda a tribo chorou a morte de Caraçaporanga. Ela, entretanto, não abandonou a tribo. No local em que morreu com o amado, brotou de seus olhos o guaraná, árvore que haveria de dar frutos que *aplacariam a fome*. ■

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O senador Arthur Virgílio Neto foi um dos escolhidos para integrar a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, criada e instalada, em 2004, no âmbito da Comissão de Educação do Senado Federal.

Ele e o senador Eduardo Azeredo (MG) são os representantes do PSDB no novo órgão, composto

de nove titulares e nove suplentes.

O senador amazonense aceitou prontamente o convite para integrar a Comissão por estar ela destinada a discutir e a votar assuntos de interesse de Manaus e da Amazônia em geral. Desenvolvimento tecnológico pode dizer respeito ao pólo industrial. Pesquisa e exploração da fauna e da flora amazônica estão na área da ciência. ■

“Nenhum governo é tão escandalosamente antiético, incompetente e cínico quanto esse”. (Ao encaminhar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – Senado Federal, em 12/06/2004).

CUPUAÇU, FRUTA NACIONAL

Aprovado pelo Senado, encontra-se na Câmara dos Deputados o projeto de lei do senador Arthur Virgílio Neto que declara o cupuaçu Fruta Nacional. Com essa iniciativa, o parlamentar procurou defender a fruta de ataques de biopirataria e, ao mesmo tempo, chamar a atenção do País para a sua potencialidade e para a riqueza da flora amazônica.

O cupuaçu, assinalou o senador, é a primeira fruta nativa da Amazônia adaptada para o cultivo em escala comercial. “Seu doce e exótico sabor – acrescentou – há muito apreciado pela população amazônica, conquista admiradores e ganha prestígio na gastronomia nacional e internacional. A farta e cremosa polpa é usada no preparo de doces, refrescos e sorvetes, e a semente, de alto teor de gordura, empregada na fabricação de chocolates, o que torna a espécie alvo de crescente interesse, especialmente no mercado internacional.”

É bom, portanto, segundo Arthur Virgílio Neto, fixar, em lei, que o cupuaçu é Fruta Nacional, para evitar que “piratas” se apropriem do nome e o registrem no exterior, para fins de comercialização. ■



CASAS DE MADEIRA, BOA IDÉIA

Casas de madeira, de boa madeira, que saem por R\$12 mil reais, podem ser ótima alternativa para resolver o problema habitacional das camadas mais pobres e até da classe média, em Manaus.

Foi o que disse, em plenário, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto, acrescentando ter-se convencido da viabilidade dessa solução depois de ler reportagem publicada pelo jornal *Amazonas em Tempo*.

Esse tipo de casa, projetada pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, segundo o pesquisador Jadir Rocha, citado pela reportagem, “é resistente, térmica e de visual atraente”. ■

FEBRE AFTOSA

O senador Arthur Virgílio Neto já havia requerido informações ao ministro da Agricultura, em 28 de setembro, sobre surgimento de febre aftosa no Amazonas, quando teve confirmação do fato por meio de ofício assinado pelo secretário estadual da Produção Agropecuária, deputado Luiz Castro Andrade Neto, pelo delegado federal de Agricultura, José Rogério Vasconcellos de Araújo, e pelo diretor da Comissão de Defesa Sanitária Animal e Vegetal-CODESAV, Alexandre Henrique F. de Araújo.

Essas autoridades relatavam as providências que estavam sendo tomadas e pediam o apoio do senador, que imediatamente enviou ofício ao ministro solicitando urgência nas medidas que competiam à pasta da Agricultura. ■

“Não tem máquina de governo que dobre os senadores e mágica que faça desaparecer os votos contrários.”
(Correio Braziliense, em 16/06/2004).

QUARTO "MAIS INFLUENTE"



Reproduzida de O Estado de S. Paulo.

GRANDES MOMENTOS

Depois de assistir, pela TV-Senado, ao inflamado discurso do líder Arthur Virgílio Neto, no dia 17 de novembro, repelindo os ataques da líder do PT, Ideli Salvati (SC), ao seu colega catarinense Leonel Pavan (PSDB), e à Oposição, o colunista Woden Madruga, do jornal *Tribuna do Norte*, de Natal-RN, escreveu que se lembrara dos "grandes momentos do Senado".

"Do Senado – acrescentou – dos tempos de um Afonso Arinos de Melo Franco, de um Teotônio Vilela, de um Tancredo Neves, de um Darcy Ribeiro, de um Josaphat Marinho, de um Milton Campos, de um Daniel Krieger, de um Paulo Brossard, de um Pedro Aleixo, de um José Américo de Almeida."

"A senadora petista – disse o colunista – é daquelas que joga no time da provocação, batendo

Arthur Virgílio Neto foi considerado, em 2004, o 4º parlamentar mais influente no Congresso Nacional, segundo escolha feita pelos 100 deputados e senadores considerados "os cabeças do Congresso". Pelo segundo ano consecutivo, no Senado, ficou atrás apenas do Presidente, da Casa, José Sarney.

A escolha desses 100 parlamentares é feita anualmente pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar-DIAP, entidade criada há 20 anos. E eles, pelo voto, selecionam os 10 que consideram "os mais influentes", levando em conta a capacidade para o debate, as articulações, as negociações e as formulações.

O nome do senador amazonense foi precedido apenas pelos dos presidentes da Câmara e do Senado e pelo do líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), lembrando-se que a maioria dos votantes era constituída de deputados da base governista. ■



do pescoço pra baixo. Foi o mote para o discurso de Arthur Virgílio. De improviso, veemente, inteligente, fazendo lembrar os grandes momentos do Senado."

"Naquele tempo – assinalou – a imprensa registrava com destaque os discursos e os debates no Congresso. Hoje, não. No máximo, uma nota na coluna política. Tão insossa, às vezes, que anula todo o conteúdo do que foi dito e discutido. Antigamente um bom discurso rendia até editorial. O do senador Arthur Virgílio, merecia." ■

"Leonel Brizola foi o meu herói de capa e espada." (Ao destacar a honestidade do ex-governador do Rio – *Correio Braziliense*, em 22/06/2004).

LÍDER, NOVAMENTE



Arthur Virgílio Neto fala à imprensa, no Senado.

Em meados de novembro, muito antes do prazo, a bancada do PSDB no Senado comunicou à Mesa da Casa haver decidido, por unanimidade, reconduzir o senador Arthur Virgílio Neto como Líder do partido, ao longo do ano legislativo de 2005.

Foi o primeiro Líder de bancada partidária a ter sua recondução confirmada, numa demonstração da coesão partidária.

“A recondução – diz o documento – expressa em sua inteira fidelidade o unânime reconhecimento da bancada no tocante à postura que o ilustre senador vem imprimindo no desempenho dessa elevada função.” ■

PESQUISAS DUVIDOSAS

Em discurso proferido no Senado, após o segundo turno das eleições municipais, o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto, manifestou dúvida a respeito da atuação dos institutos de pesquisa de opinião pública nas campanhas eleitorais.

“Em Manaus – disse – apareceram resultados disparatados, como em outros lugares do País, desnordeando o eleitorado. Uma pesquisa do *Vox Populi*, por exemplo, feita à véspera da eleição, indicava vitória de Amazonino Mendes por diferença de 11 pontos, e ele perdeu por diferença de três.”

A propósito do *Vox Populi*, o senador falou também de entrevista que seu presidente, Marcos Coimbra, concedeu à revista *Época*, na qual afirmou que Lula é “quase imbatível em 2006”. O favoritismo seria tão grande que só disputaria com ele quem fosse a isso obrigado.

“Então – ironizou o líder tucano – vai ser uma condenação. Alguém será condenado a disputar com Lula. Marcos Coimbra prevê até que possa ser o governador Geraldo Alkmin, porque este não pode concorrer à reeleição, e não disputaria o Senado porque perderia para Suplicy. É muita vontade de prestar serviço.”

“Para Marcos Coimbra então – acrescentou – a vitória é certa. Lula pode nomear o Waldomiro para a Comissão de Ética ou fazer dele o Ministro da Justiça que mesmo assim estará reeleito. Não importa a crise no BNDES, a crise parlamentar, a crise no Orçamento, o não reajustamento das tabelas do Imposto de Renda, a derrota nas eleições, a perda de apoio da classe média (se fala em ‘reconquistar o apoio’ é porque o perdeu), o fracasso dos programas sociais. Nada importa, está eleito, como se o povo não soubesse escolher. Quem vai decidir, porém, é o povo.” ■

“Lula colhe a tempestade dos ventos que sua equipe espalha.” (Jornal do Brasil, em 02/07/2004).

VOTO EM TRÂNSITO

A permissão para o eleitor votar em trânsito nas eleições realizadas por sistema eletrônico, ou seja, fora do seu local de votação, foi objeto de projeto de lei apresentado, em novembro, pelo senador Arthur Virgílio Neto.

Essa medida, disse o senador, evitaria problema como o ocorrido no segundo turno da eleição municipal de 2004, em que grande número de eleitores deixou de participar por estar em outra cidade, aproveitando o feriado de Finados, o que preocupou partidos e candidatos. Se aprovada, o eleitor poderá viajar à vontade, porque votará onde estiver.

Segundo o projeto, caberá à Justiça Eleitoral regulamentar a matéria e, portanto, estabelecer o modo pelo qual se dará o voto em trânsito. ■



Vigilante e veemente também nas comissões técnicas do Senado, nas quais as proposições são profundamente examinadas, em seus vários aspectos, antes de seguir para a votação em plenário.

VIRGÍLIOS E SARNEY

Ao término da última sessão do Senado sob a Presidência de José Sarney (PMDB-AP), Arthur Virgílio Neto elogiou sua atuação. “Não vejo nesta Casa – disse – nenhum de nós que reúna mais qualidades, mais experiência para dirigi-la com a autoridade serena e firme como V.Ex^a o fez.”

Sarney agradeceu e retribuiu: “Deus, com o mistério do tempo, deu-me a oportunidade de ser colega do seu pai e de ver, com V.Ex^a, a transmissão das qualidades de homem público que Ele concedeu ao senador Arthur Virgílio.”

O pai do líder do PSDB, também Arthur Virgílio, foi deputado estadual no Amazonas, deputado federal, e senador no período de 1963 a 1969, quando teve o mandato cassado pelo regime militar. No Senado, foi líder do PTB na época do Governo Goulart. ■



Arthur Virgílio Filho, no Senado, década de 60.

“Quando o governo conversa para pedir é uma gueixa. Quando está com o poder na mão, é um samurai traícoeiro.” (O Globo, em 11/07/2004).

“CAVALHEIRO DA BOCA MALDITA”

Arthur Virgílio Neto foi um dos agraciados, no dia 13 de dezembro, em Curitiba-PR, com o título de “Cavaleiro da Boca Maldita”, por indicação do senador Álvaro Dias (PSDB – PR). Trata-se da tradicional tribuna livre, transformada em confraria, que teve entre seus 1.400 “Cavaleiros” o falecido presidente do PMDB e da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães.

O Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo (PT – SP), o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Édson Vidigal, além de desembargadores, deputados estaduais, prefeitos e outras pessoas, num total de 48, também receberam a homenagem.

A “Boca Maldita” é, na verdade, um local que virou até atração turística. Funciona, desde 1956, bem no centro de Curitiba, no calçadão da Av. Luiz Xavier, também conhecida por outra curiosidade: é tida como a mais curta avenida do mundo. Só tem uma quadra.

Num local, no meio da avenida, populares costumavam juntar-se para falar de tudo, principalmente de política. Como as críticas eram o forte das discussões, o ponto ganhou o apelido de “Boca Maldita”. Com o passar dos anos, ganhou fama. E um dos prefeitos mandou erigir um marco de pedra, com uma placa dizendo que ali é “espaço livre, aberto para a democracia”.

Os debates, dizem os curitibanos, são realmente livres. Pode-se falar bem ou mal dos go-

vernos. E garantem que não degeneram em briga. Com o tempo, os freqüentadores mais assíduos acabaram se organizando e a “Boca Maldita” virou uma confraria – somente de homens – com presidente e títulos de “Cavaleiro”, conferidos a pessoas de destaque da vida nacional ou que tenham serviços prestados ao Paraná. A sede, porém, continua sendo o próprio ponto da “Boca Maldita”.



PATRONO NA UnB

O senador Arthur Virgílio Neto foi eleito, em cotejo com outros nomes da política nacional, Patrono da turma de formandos do primeiro semestre de 2004 da Faculdade de Relações Internacionais, na Universidade de Brasília–UnB.

Era a primeira vez que uma turma de formandos daquela faculdade escolhia um senador para Patrono. Arthur Virgílio agradeceu a homenagem com muito carinho, pois tem formação profissional na mesma área. Como se sabe, ele fez o curso Rio Branco e é diplomata de carreira.

MÉRITO EDUCACIONAL

O líder Arthur Virgílio Neto foi agraciado, no dia 23 de setembro, com a Comenda do Mérito Educacional e Tecnológico Presidente Nilo Peçanha, conferida pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas–CEFET–AM, que completava 95 anos de criação. ■

“Esse pessoal vai passear em Cuba e na China e volta bem-humorado. É a Disneylândia deles.” (Sobre viagem a Cuba do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e do ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo – Revista Veja, em 09/08/04).

PELO BRASIL, NAS CAMPANHAS

Por solicitação do partido e dos candidatos, o senador Arthur Virgílio Neto participou ativamente da campanha eleitoral, no segundo turno, onde o PSDB tinha candidato próprio ou em aliança com outras agremiações políticas. Foi quase um mês de muitas viagens, discursos em comícios, gravações de programas eleitorais e carreatas. Em Brasília, num só dia, fez gravações para programas de televisão de nada menos que 20 candidatos.

O senador esteve repetidas vezes em São Paulo, dando contribuição à campanha de José Serra, que derrotou a prefeita Marta Suplicy, do PT. Em Porto Alegre, ajudou a eleger José Fogaça, do PPS, contra Raul Pont, do PT; em Florianópolis, participou da vitoriosa campanha de Dario Berger, do PSDB, contra Chico Assis, do PP; em Curitiba, ajudou Beto Richa, do PSDB, derrotar Ângelo Vanhoni, do PT; em Belém, contribuiu para a vitória de Duciomar Costa, do PTB, contra Ana Júlia, do PT; e em Cuiabá, ajudou na vitoriosa virada de Wilson Santos, do PSDB, sobre Alexandre César, do PT.

Arthur Virgílio esteve também em Vitória e em Natal, onde, entretanto, os candidatos do PSDB não tiveram sucesso. ■



O líder tucano Arthur Virgílio Neto em Parintins, na campanha eleitoral do prefeito-eleito Bi Garcia, do PSDB.



Arthur Virgílio Neto em palanque de campanha eleitoral, em Manaus, ao lado do filho, deputado estadual Arthur Bisneto.

160 REQUERIMENTOS

Como uma das principais atribuições do Poder Legislativo é a de fiscalizar a administração pública, o senador Arthur Virgílio não deixa passar nada em que pareça no ar alguma dúvida, valendo-se, para isso, do requerimento de informações. Até o dia 6 de dezembro, havia apresentado nada menos que 160, dos quais 106 respondidos.

O requerimento de informações é dirigido ao Ministro de Estado responsável pelo setor em que pode estar ocorrendo algum fato irregular, quase sempre apontado pela imprensa. O requerimento é entregue à Mesa do Senado, que verifica se está redigido de acordo com as normas regimentais e, estando, o encaminha ao destinatário.

O senador fez perguntas sobre muitos assuntos, como a desorganização do Programa Fome Zero, o financiamento de computadores para o PT, o Projeto Calha Norte, a aquisição de novo avião presidencial, ações para o setor agrícola da

"Alguém cercado de tantas suspeitas e tantas denúncias deveria ser demitido e não promovido." (Sobre o status de Ministro proposto por MP, ao presidente do Banco Central - Jornal de Brasília, em 1/08/2004).

Amazônia, pagamento de indenização a anistiados políticos, riscos para o equilíbrio ecológico na Amazônia, turismo sexual no País, regras impostas aos diplomatas que servirão no exterior, desativação do serviço "SOS Tortura", ameaça de dióxido de carbono na Amazônia, inquérito administrativo no caso Waldomiro Diniz, renovação do contrato da

CEF com a Gtech, custo do livro *Lula: 500 dias em fotos*, valores repassados à *Agora*, gastos com cartão de crédito corporativo no Palácio do Planalto, vigilância das fronteiras da Amazônia, exportação de peixes nativos em extinção, cartilhas do PT editadas com dinheiro público e obras de reforma no Palácio da Alvorada, monitoramento de telefones. ■

SEM DIREITO A CPI

Um dos principais instrumentos de fiscalização com que conta o Poder Legislativo, as Comissões Parlamentares de Inquérito, não pôde ser utilizado, este ano, pelos partidos de oposição no Senado.

Essa foi uma das lutas travadas pelo líder Arthur Virgílio Neto, no primeiro semestre, desde que estourou o caso Waldomiro Diniz – o então assessor direto e amigo pessoal do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Tornado público o escândalo, com a exibição de fita, pela televisão, de encontro do então assessor palaciano com um empresário da área de bingos e jogos mecânicos ou eletrônicos, tratando de propinas e contribuições supostamente para campanhas eleitorais do PT (e uma porcentagem para ele próprio), foi requerida, no Senado, a constituição de CPI.

Apesar de a Constituição estabelecer que as CPIs serão criadas mediante requerimento de um terço dos senadores (ou deputados, se na Câmara), e o requerimento ter mais que isso, ela não foi instalada – e o caso Waldomiro não pôde ser

investigado pelo Senado.

As lideranças dos partidos governistas não indicaram representantes para a Comissão, e, sem eles, na interpretação da Mesa e da Comissão de Constituição e Justiça, a CPI não poderia ser instalada.

De nada adiantou a luta das oposições, em que se destacaram Arthur Virgílio Neto e Antero Paes de Barros (PSDB-MT), argumentando que dessa forma a maioria (governista) bloqueia direito próprio das minorias, da oposição. Essa é a razão, insistiu o senador amazonense, pela qual a Constituição estabelece que a criação de uma CPI se faz por requerimento de apenas um terço da Casa. É para que a minoria (em geral as oposições são minoria) possa usar esse instrumento para investigar denúncias contra o Governo.

“Se a instalação e funcionamento de uma CPI – disse Arthur Virgílio Neto – ficam na dependência da indicação de representantes por todas as lideranças partidárias, então só vamos ter CPIs se o Governo com elas concordar. Nada, portanto, de investigação.” ■

PAPEL NO CHÃO

O líder Arthur Virgílio Neto mencionou, no Senado, a notícia de que o Presidente da República dera mau exemplo. Durante uma solenidade, comeu bombom e,

disfaçadamente, jogou o papel no chão. “Presidente – disse o senador – coloque no cinzeiro, no cesto de lixo. Não jogue no chão. É feio. Está ensinando mal as crianças.” ■

“Hoje o ministro Meirelles é um ministro inconstitucional, temporário e cercado de suspeitas. É o maior golpe do governo na independência do Banco Central.” (O Globo, em 18/08/2004).

UM "BASTA" ÀS MPs

“Hoje é o *Dia do Basta* à orgia das medidas provisórias”, afirmou o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto, no dia 30 de novembro, ao anunciar, no Senado, que a oposição não votaria a que dispunha sobre auxílio ao Paraguai a propósito do incêndio num *shopping center*.

“Não somos contra o auxílio, que é meritório e já foi dado”, esclareceu o líder. “Somos contra a forma, porque não deveria ter vindo como medida provisória.” A propósito, disse ver o presidente Lula “muito pouco preocupado com vítimas de enchentes ou de estiagem no Nordeste ou com políticas sociais”.

Depois de acalorado debate, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), mandou arquivar a medida provisória, por não haver acordo entre as lideranças partidárias e por ser o último dia para a votação da matéria.

Arthur Virgílio Neto avisou também que, conforme deliberação tomada dias antes, a Oposição votaria, contra ou a favor, as medidas provisórias relevantes e urgentes que já se encontram no

Congresso. “Não votaremos as fúteis e as desnecessárias”, completou. “Nem as que cheguem ao Senado com prazo quase vencendo ou que não sejam nem relevantes nem urgentes. Essas serão devolvidas. Em papel de embrulho, sem grife, sem laço de fita.”

Depois dessas medidas provisórias, segundo o líder tucano, só serão votadas as que receberem parecer de comissão mista de deputados e senadores, e não mais de um só parlamentar. “O Governo que tome cuidado”, disse. “É ele que obstrui os trabalhos do Congresso com medidas provisórias fúteis e desnecessárias, e depois acusa o Congresso de não trabalhar. Isto é tática nazista.”



Líderes da Oposição anunciam, em novembro, condições para continuar votando projetos do Governo. Da esquerda para a direita, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), senador José Agripino (PFL-RN), senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE, líder da Minoria), deputado José Thomaz Nono (PFL-AL) e deputado Alberto Goldman (PSDB-SP).

“Getúlio Vargas é tão importante que seu governo não é governo, é uma era.” (Agência Senado, em 24/08/2004).

Pelos cálculos do senador amazonense, “40% das medidas provisórias são urgentes e relevantes; 30% são relevantes, mas não urgentes; e os outros 30%, lixo puro”. Citou como exemplo de medida provisória desnecessária a que concede ajuda ao Senegal para combater nuvem de gafanhotos. Podia bem, a seu ver, vir na forma de projeto de lei em regime de urgência.

MEIRELLES

Outro exemplo é o da medida provisória que conferiu *status* de Ministro de Estado ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, classificada por Arthur Virgílio Neto de “lei-alfaiate”, porque feita sob medida.

O senador concorda em que o ocupante do cargo deve gozar de fórum especial, até por ser “cargo mais importante que certos Ministérios”. “Se o Ministro da Pesca – ironizou – tem direito a

fórum privilegiado, com muito mais razão o Presidente do Banco Central também deve ter. Não Henrique Meirelles. O cargo, sim. E isto deve ser objeto de proposta de emenda constitucional, não de medida provisória.”

RESULTADOS

Depois de ouvir o líder do Governo, senador Aloízio Mercadante (PT-SP), anunciar que estava propondo novos critérios para a edição de medidas provisórias, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto, manifestou satisfação “com a mudança de posição”. “A *Pauta das Oposições* – disse – embora tenha sido uma cobrança dura, mas fraterna, começa a dar resultados. O líder do governo reconhece que várias delas não são nem relevantes nem urgentes. Mas atravancam as pautas no Congresso e dificultam a votação de matérias importantes para o País.” ■

AÉCIO E O “DÉFICIT ZERO”

No dia 23 de novembro, Arthur Virgílio anunciou, no Senado, que o governador Aécio Neves, “uma das mais respeitadas e acatadas lideranças do PSDB”, acabara de zerar o déficit nas contas do Governo de Minas Gerais.

O governador – disse – passou estes quase dois anos dando continuidade ao esforço no sentido da austeridade administrativa, iniciado com seu antecessor, o hoje senador Eduardo Azeredo, também do PSDB. “Agora – acrescentou – terá dois anos de colheita, colheita de mais investimentos, colheita de mais empregos, em benefício da população.”

“Esse – afirmou o líder – é o modo tucano de administrar. Aécio dá exemplo de ajuste fiscal, exemplo inclusive para José Serra, que está imbuído da necessidade de trabalhar como ele.

Essa maneira de administrar, com seriedade, é a marca do PSDB. Não foi diferente com Covas nem com Geraldo Alckmin, em São Paulo – e o povo reconhece isso em cada eleição, como fez na Capital paulista, ao eleger um tucano para administrá-la.”

Aécio Neves, tão jovem, enfatizou Arthur Virgílio, já está alçado à elite dos administradores brasileiros. Montou uma equipe de governo “que é um verdadeiro Ministério” e se empenhou em obter o equilíbrio financeiro do Estado.

“Ele sabia – disse – que, poupando no custeio, sobraria dinheiro para investimentos. Essa é a lógica do meu partido. Não basta ter vontade de atender à área social. Boa vontade não basta. É preciso condições. E foi o que o governador conseguiu nestes dois anos.” ■

Eu apelidei as PPPs de Lei Delúbio, porque ela é feia, torta e defeituosa como Delúbio. Não vamos votar as PPPs enquanto tiver a cara do Delúbio... (Jornal do Brasil, em 24/08/2004).

ESCALADA DO AUTORITARISMO

O senador Arthur Virgílio Neto reagiu vigorosamente contra o que classificou de “escalada do autoritarismo” desde que o Governo enviou ao Congresso Nacional projeto de lei criando o Conselho Federal de Jornalismo, com dispositivos que cerceavam a liberdade de imprensa. Graças à reação da oposição e da imprensa, o Governo acabou recuando ou ao menos refrutando seu ímpeto – e o ano terminou sem que ele conseguisse aprovar ou pôr em prática o que pretendia.

Em um dos discursos, o senador alinhou os pontos que, a seu ver, indicavam a “escalada autoritária”: o projeto de criação da AN-CINAV, destinado a patrulhar a produção cultural, a tentativa de cercear a liberdade de imprensa, a máquina de propaganda condenando o que chama de denunciamento, a quebra de sigilo de empresas de comunicação e de executivos e acionistas das principais instituições financeiras, e o aparelhamento do Estado, mediante a nomeação, para altos cargos, de figuras ligadas aos poderosos.

MORDAÇAS

A eles se somavam outras duas medidas: “a mordada que se pretende impor ao funcionário público, proibindo-o de falar com os meios de comunicação”, e a permissão para que, por simples requerimento, a Agência Brasileira de Informação – ABIN e a Polícia Federal possam obter, na Receita Federal e no Banco Central, dados cadastrais a respeito de qualquer cidadão, quebrando os sigilos fiscal e bancário.

“Vemos o governo – disse – imaginando uma modelagem que enquadre jornalistas e a imprensa dentro de certos limites. Aqui está (e exibiu um jornal): ‘Gushiken defende liberdade, mas faz ressalva’.



Ressalva à liberdade consistiria, no máximo, em recurso ao Poder Judiciário por parte de quem se julgasse ofendido. A liberdade de imprensa, neste País, tem que ser ampla, geral e irrestrita.”

Sobre o denunciamento, declarou: “Sou denunciante porque, se percebo a irregularidade, com ela não compactuo e não me omito.” Certas penas da imprensa, porém, caem fortemente sobre quem faz a denúncia, fazendo do denunciado vítima e do denunciante, “denunciante”.

A quebra em massa de sigilos, no âmbito da CPMI do Banestado, conforme o senador amazonense, era outro motivo de preocupação para os democratas. “Alguém poderia dizer que é para se fazer justiça. Não é verdade. Não havia, no banco de dados da CPMI, nada que autorizasse a quebra desses sigilos. Pode ser a tentativa de se armazenar dados para pressionar figuras capazes de influenciar os destinos do País”, advertiu.

“GRAMPOS”

Arthur Virgílio relatou que, em reunião com dez senadores, governistas e oposicionistas, per-

“Para os que queriam a derrocada imediata da ditadura como eu, o pecado de Thales, que trabalhou pela transição democrática, foi a moderação. Mas ele teve grandes momentos de bravura e ensinamento para todos nós.”
(Sobre o ex-deputado Thales Ramalho, falecido em 15/08/2004, aos 81 anos - Jornal de Brasília, em 18/08/04).

guntou se achavam que seus telefones estavam grampeados. Todos disseram que sim. “Repito a pergunta agora ao senador Aloizio Mercadante e a cada senador: consideram ou não real a possibilidade de, no Brasil de hoje, estarem seus telefones grampeados? Penso que o meu esteja.”

Arthur Virgílio Neto acrescentou que quanto ao seu telefone, está tranqüilo, como deve estar, a seu ver, a maioria absoluta dos senadores.

PROJETO DE PODER

Esse quadro, segundo o líder do PSDB, dá a impressão de que existe “um projeto de poder, com começo, meio e fim, sendo passos de sua implantação a sufocação de liberdades, o aparelhamento do Estado, a lavagem cerebral para se estabelecer a figura do pensamento único no Brasil – enfim, tudo aquilo contra o que nós tanto lutamos, o presidente Lula à frente, junto

com Ulysses Guimarães e tantos democratas”.

Tudo isso, segundo o líder do PSDB, está a merecer a preocupação dos democratas brasileiros, porque uma ditadura, como observou o senador Cristovam Buarque (PT-DF), não se implanta de uma hora para outra, mas sim com um passo autoritário aqui, uma omissão da sociedade acolá, outro passo contra as liberdades, outra omissão.

“É assim – acrescentou – passo a passo, com uma medida aqui, outra acolá, sob o silêncio da Nação, que se vai formando um regime autoritário. Uma ditadura não se forma de um dia para o outro. Meu pai (Arthur Virgílio, que foi também senador, na década de 60) dizia temer aquelas medidas aparentemente inofensivas do Governo Jânio Quadros, como a proibição da briga de galos ou do uso de biquínis, não por elas em si, mas pelo grau de autoritarismo que encerravam.” ■

FHC E O CELEIRO DO MUNDO

Em discurso no Senado, o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto, citou reportagem do jornal *The New York Times*, do dia 14 de dezembro, assinada por Larry Rohter – “aquele mesmo, lembrou, que o lado antidemocrático de Lula tentou expulsar do País” – anunciando que “o Brasil já é o celeiro do mundo”.

O Brasil alcançou essa posição, segundo o jornal norte-americano, “graças à explosão de exportações agrícolas na última década”. Essa, assinalou o senador, é a verdadeira herança deixada pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso e que o presidente Lula costuma denominar de “maldita”.

“Fiel a sua vocação contrária à democracia – assinalou – o Governo petista criou um samba de mau gosto, ofensivo ao próprio samba, para cantar em terreiros de música não muito boa que Lula convive com uma *herança maldita*, concebida nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso.”

A reportagem, publicada com destaque também pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, aponta a liderança do Brasil no agronegócio, com níveis de produtividade superiores aos da Europa e dos Estados

Unidos, a ponto de ameaçar a supremacia deles no comércio agrícola global. Ainda nesta década, conforme a reportagem, o Brasil vai deixar os Estados Unidos para trás no *ranking* agrícola.

Arthur Virgílio pediu a inscrição da matéria nos Anais da Casa até para “o Governo petista, fraco em informações, porque nada lê, tomar conhecimento dessa revolução na economia brasileira, lastreada na famosa *herança* que o Presidente Lula insiste em renegar”.

“Ainda há pouco – acrescentou – na reunião ministerial de fim de semana, Lula chegou ao deslante de afirmar, usando uma daquelas suas já surradas frases: *O Brasil caminhava para o abismo*. Ou algo parecido.”

“O que de fato ocorre – concluiu – é que os petistas assumiram a Presidência da República sem programa, sem eira nem ramo de figueira, mas com muita beira, e beira de borda revirada tapando a visão petista que já é curta. De quem nada lê e segue desinformado. É o caso, infelizmente, do presidente Lula. Embora dotado de rara inteligência, dizem que ele sempre foi avesso aos livros. E seu Governo está dando no que deu. Informe-se, presidente!” ■

O CAOS ADMINISTRATIVO

Em discurso proferido em meados de novembro, o líder Arthur Virgílio Neto manifestou preocupação com o “caos administrativo” em que está mergulhado o Governo.

“Somente o Senado está funcionando”, afirmou. “Nada mais está funcionando no País. Aqui, graças a uma oposição compreensiva, está-se votando. Por isso, temos autoridade para condenar o presidente da República por estar permitindo o desmantelamento da máquina administrativa.”

O senador mencionou as sucessivas demissões nos altos postos do Governo: Francisco Graziano (Fome Zero), Pinguelli Rosa (Eletrobrás), Luís Augusto Candiota (Banco Central), Ricardo Kotscho e Frei Beto (auxiliares muito próximos do Presidente que anunciavam volta a São Paulo).

“Nem me refiro a isso”, continuou o senador. “Refiro-me ao quadro de desordem administrativa que aí está. O ministro Viegas pede demissão em meio a uma crise militar. Pinaud sai ironizando a timidez do Governo em relação à anistia e aos mortos do Araguaia, cai Casseb (Banco do Brasil) e hoje, depois de todas as idas e vindas, cai o polêmico economista Carlos Lessa.”

Para o lugar de Lessa, na presidência do BNDES, vai Guido Mantega, que segundo o líder Arthur Virgílio tem raciocínio econômico muito mais próximo de Lessa do que do ministro Palocci.

“É o caso – assinalou – de fazer aposta para ver quem será o próximo a cair. Alguém garantirá a permanência de Palocci? A área econômica precisa de estabilidade. Malan ficou no Governo pelos oito anos de Fernando Henrique, sem qualquer abalo.”

VELHINHA DE TAUBATÉ

A seguir, o senador amazonense perguntou: “Alguém de bom senso, além de Marcos Coimbra e da Velhinha de Taubaté, acha que está tudo bem? O Governo vai dando tom cinza ao horizonte.”

Mesmo o Senado, que está funcionando, segundo o senador, se vê pressionado pela quantidade de medidas provisórias que, depois de passar pela Câmara dos Deputados, chegam com prazo quase vencido. Há dias, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) teve apenas três ou quatro horas para dar parecer em uma delas.

“Elas ameaçam travar as votações aqui também”, assinalou. “Estão a obstruir os trabalhos do Congresso no lugar da oposição. Já pedi ao líder Mercadante (PT-SP) para, com nossa ajuda, fazer uma triagem das medidas provisórias, para excluir



Sede do Poder Executivo. Alvo das contundentes críticas.

as que podem ser objeto de projetos de lei. Ele levou o assunto ao Presidente Lula e espero que o presidente medite nisso.” ■

“Sua retórica de dirigente da KGB não nos atemoriza nem um pouco.” (Sobre as críticas do ministro José Dirceu ao PSDB).

“FHC FALARÁ QUANDO QUISER”

No fim de novembro, em resposta a dirigentes e lideranças petistas que não gostaram de críticas feitas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao Governo Lula, Arthur Virgílio Neto afirmou, da tribuna do Senado: “O ex-presidente continuará falando quando e o que quiser. Não será este Governo que o irá calar, até porque não dispõe do arcabouço ditatorial para fazê-lo. Não dispõe do AI-5, que cassou meu pai e Mário Covas.” FHC chamara o Governo de incompetente, dissera que “o rei está nu” e que o PT é “um tigre de papel”.

O líder tucano desmontou os dados estatísticos pouco antes apresentados pelo líder do Governo, Aloízio Mercadante, para contestar FHC. “As estatísticas – disse Arthur Virgílio Neto – são uma das três formas de mentira mencionadas por Mark Twain. Existem a mentira propriamente dita, a mentira escandalosa e as estatísticas. Roberto Campos também observou que estas são como o biquíni, que procura esconder o essencial.”

COMPARAÇÃO FALSA

Para o líder do Governo, os índices da atividade econômica seriam melhores que os do ano de 2003 e mais ainda se comparados com 2002, o último ano do Governo FHC. Mas isto, segundo o líder do PSDB, porque a comparação é falsa, toma por base anos muito ruins para a economia brasileira.

“Dois mil e dois – disse – foi um ano ruim, justamente pelo risco Lula. Foi o ano da eleição. O ano de 2003, dado o quadro internacional favorável, poderia ter sido um ano bom, mas foi ruim

devido à incompetência do Governo Lula. Se o desastre tivesse sido maior, a comparação, agora, teria apresentado resultado melhor ainda.”

A verdade, segundo Virgílio, é que o atual Governo não deu nenhum passo significativo no sentido de assegurar ao País desenvolvimento sustentável. Por isso, crescimento industrial e aumento de demanda podem despertar o monstro da inflação. Quanto à taxa de desemprego, ela sempre cai mesmo no segundo semestre, para voltar a crescer no primeiro. Para cair efetivamente, a economia precisaria crescer mais de 5% ao ano.

OMISSÃO

Continuando, disse que Mercadante falou do grande crescimento da dívida do País no Governo FHC, omitindo, no entanto, que resultou dos “esqueletos” herdados dos governos anteriores e de ter o Governo assumido dívidas dos Estados. A dívida, no Governo Lula, no entanto, está para chegar a um trilhão de reais.

Para o líder do PSDB, o Governo só apresenta resultados na área macroeconômica por ter tido o bom senso de preservar as linhas gerais da política econômica do Governo Fernando Henrique. “O líder Mercadante – disse – sabe que a política de Palocci foi mais defendida por mim do que por ele. Onde o Governo inovou, falhou. A reforma tributária, aprovada aqui, foi deformada e paralisada. A reforma previdenciária também não foi concluída. Na área externa, o presidente sai por aí perdoando dívidas ou oferecendo dinheiro do BNDES, que deveria destinar-se ao empresariado brasileiro.” ■

“Este governo não fez nenhuma reforma. Está invicto, virgem.” (Ao anunciar à imprensa a Pauta das Oposições, em 23/11/2004)

“O Presidente Fernando Henrique tem toda razão: por que luvas de pelica? É hora de falarmos a verdade que está em nosso coração. Para mim, o PT é mesmo tigre de papel...” (Senado Federal, em 30/11/2004).

O GOVERNO, NAS NOTÍCIAS (RUINS)

No dia 26 de novembro, Arthur Virgílio subiu à tribuna do Senado com um pacote de recortes de jornais para demonstrar que, apesar do *marketing* do Governo, ali estava, em publicações de norte a sul do País, fiel retrato da situação. “É tanta notícia ruim que estou até repetindo”, disse em meio à leitura.

Ele tinha recortes que iam desde o *Jornal do Comercio*, de Recife, até *Zero Hora*, de Porto Alegre, passando, entre outros, pelo *Valor Econômico* e pela *Gazeta Mercantil*. As notícias eram de mais aumento no preço dos combustíveis; de manifestações de rua, em Brasília; de invasão de fazenda; de corrupção no Bolsa-Família; de “dia de fúria de ex-aliados de Lula”; de prejuízos sofridos pela Petrobras por ter retardado reajuste de preços por motivos eleitoreiros.

FOGO AMIGO

“Os petistas – prosseguiu – e antigos e novos aliados do Governo não se entendem. Diz a *Folha de S. Paulo*: ‘João Paulo acusa PMDB de obstruir votações.’ Vaca não reconhece bezerro. Eles estão brigando entre eles. Ninguém briga conosco. Brigam entre si.” *O Globo* proclama: ‘PP, PTB e PL ameaçam fazer boicote.’”

“Ou fazem o que eles querem – comentou o senador amazonense – ou tem boicote contra matérias de interesse do Governo na Casa. São aliados do Governo, e não adversários. Os adversários somos



nós, que ontem aprovamos seis medidas provisórias. Mostramos que a oposição critica, mas quer o Brasil andando, não quer o Brasil parado.”

“Faço minhas – assinalou – as palavras de João Paulo Cunha: ‘O Governo não está governando’. O presidente Lula não tem mais desculpas a dar. O que faria nos próximos dois anos que porventura não fez nos dois anos que passou? Qual é a mágica? Vai chamar algum mágico, algum prestidigitador para resolver o problema da inércia, da inapetência, da incompetência administrativa?”

O POVO

Em seguida, citou matéria de *O Estado de S. Paulo*, segundo a qual Lula agora se queixa da indiferença do povo. Disse que isso lembra o presidente João Figueiredo, que declarara preferir cheiro de cavalo a cheiro de povo. “O presidente Lula está no mesmo caminho”, observou. Mencionou também o *Poema Clandestino*, de Brecht,

“Por fora ele é feio e por dentro é horrroso. A cara dele para mim é horrrosa... tudo o que acontece de errado neste governo, qualquer coisa mal-feita, tem a cara do ministro José Dirceu.” (Senado Federal, em 03/11/2004)

quando dirigentes da Alemanha comunista disseram que o povo deixara de merecer a confiança do Governo e só poderia reconquistá-la à custa de muito trabalho. Perguntou o poeta: “Mas não seria então/ mais simples se o Governo/ dissolvesse o povo e/ elegeisse outro?”

“Lula – assinalou o senador – já acha que o povo está indiferente. Quem sabe daqui a pouco delira imaginando que seria melhor construir o novo povo, imaginando que daria menos trabalho do que construir novo Governo, um Governo de verdade.”

REFORMA MINISTERIAL

O que se vê, segundo Arthur Virgílio, é o Governo tratando de reeleição. “O presidente Lula não quer a reforma do seu Ministério para tornar o Governo mais eficiente, mais eficaz. Ele quer antes da Convenção do PMDB. Ou seja, a preocupação dele não é o País, mas é saber se não perde o apoio do PMDB. É reforma para resolver pendenga política com um de seus aliados. O brilhante presidente do PPS, Roberto Freire, disse: ‘O que eles fazem não é coalizão, é ajuntamento’.”

“MAZORCA”

Em outro discurso, Arthur Virgílio falou da “mazorca que o Governo instalou no País”, pela falta de comando, pelo desentendimento entre altas autoridades, pela ausência de programa até na área social, que se imaginava que seria o seu forte.

“A barafunda petista – disse – está num crescendo. No governo ninguém se entende. O tal fogo amigo segue em firme ascensão, gerando instabilidade. O que se vê é um petista atirando no outro. É o presidente do PT, José Genoíno, criticando o próprio partido. E o presidente Lula criticando o PT.”

“Genoíno – assinalou o senador – quer o PT mais aguerrido, mas acho que o PT tem sido muito

aguerrido – contra o governo. Faz oposição por nós. Critica a política econômica de Palocci, condena a taxa de juros, ataca o agronegócio.”

Prosseguindo, citou o ataque do presidente do Incra ao agronegócio, responsabilizando-o por crimes contra os sem-terra, como o ocorrido no norte de Minas Gerais. “Foi preciso – disse – o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, sair em defesa desse que é o mais importante setor da economia, responsável, como disse ele, por 34% do PIB.”

SELINHO

Os milhões de brasileiros que votaram em Lula podiam ter dúvida quanto às qualidades do seu Governo para administrar o País, mas estavam certos de que teria êxito no social. “E o que se viu?”, perguntou. “O governo não tinha programa nenhum. Só tinha *marketing*. O tão apregoado Fome Zero virou um selinho.”

O líder prosseguiu dizendo que o governo desmantelou até os programas que encontrou. Do Bolsa-Escola, retirou a obrigatoriedade da frequência, “verdadeiro crime de lesa-pátria, de lesa-infância”. Citou declarações da prof^a. Ruth Cardoso, publicadas pela imprensa, segundo as quais houve retrocesso no setor social. “São críticas que partem de pessoa autorizada, de quem dirigiu, com êxito, programas nessa área”, enfatizou o senador amazonense.

“CARISMA”

O senador falou também do “carisma” do Presidente Lula. “Que carisma é esse – indagou – de quem foi derrotado três vezes para Presidente da República, que perdeu a eleição agora em São Paulo? Não adianta a prefeita Marta dizer que ele não participou da eleição. Participou, sim. Foi até multado pela Justiça Eleitoral. É injusto excluí-lo da derrota. Perderam juntos, devem carpir a derrota juntos.” ■

“O governo pode muito, mas não pode tudo.” (Ao recomendar ao Palácio do Planalto mais humildade no trato com os opositores - *Correio Braziliense*, em 03/11/2004).

“MINHA HONRA, MEU PATRIMÔNIO”

Indignado com o fato de terem vazado para a imprensa, sem sequer lhe dar direito de defesa, informação sobre prestação de contas de convênio assinado com a União ao tempo em que foi prefeito de Manaus, há 15 anos, o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto, subiu à tribuna do Senado, no dia 13 de dezembro, e advertiu: “Ninguém mexe impunemente com a minha honra. A honestidade e a correção foi o maior patrimônio que herdei de meu pai e passarei para meus filhos.”

Em 1989, foi assinado convênio entre a Prefeitura de Manaus e o então Ministério do Interior para a construção de pequena ponte de madeira e perfuração de um poço artesiano. As obras foram feitas e as contas prestadas. Em 2003, no entanto, mais de 13 anos depois, o senador foi surpreendido com uma cobrança do Ministério do Planejamento. Na prestação de contas teriam faltado 22 reais (VINTE E DOIS REAIS!).

O senador pediu à Prefeitura de Manaus que examinasse os documentos e recebeu ofício do então Prefeito e depois, em 2004, Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, informando não ter sido possível encontrar a documentação, mas adiantando “não existir nenhuma pendência” entre a Prefeitura e o Ministério do Planejamento. Não obstante, para não discutir a cobrança, o senador recolheu aos cofres públicos da União os 22 reais – então atualizados para 59 reais.

“Se há uma lição a se retirar das urnas é que o caminho mais curto para o desastre é o que leva da arrogância à vaidade, da vaidade à prepotência e da prepotência à derrota eleitoral.” (Ao pedir que Lula pare de pensar na reeleição e comece a governar – Senado Federal, em 03/11/2004).

VIDA LIMPA

Para ele, o assunto morrera. Pois não é que no dia 13 de dezembro o *Correio Braziliense* publicou matéria



Divergência em nível respeitoso: o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto, em veemente aparte, em plenário, sob os olhares do líder do Governo, Aloízio Mercadante.

oriunda da Corregedoria-Geral da União sobre suposta não comprovação de que uma das duas obras relativas àquele mesmo convênio tivesse sido realizada? Uma falsidade, segundo Arthur Virgílio, pois a comprovação, relativa às duas obras, constava do mesmo Balancete Financeiro de prestação de contas.

O líder do PSDB viu nisso sórdida manobra política com o objetivo de silenciar sua veemente oposição. “Enganam-se, porém – disse – continuarei combatendo os erros do Governo e a corrupção cada vez com mais ímpeto. Tenho mais de 20 anos de vida pública absolutamente limpa. Fui Deputado Federal por três Legislaturas, Prefeito de Manaus, Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, Ministro-Chefe

da Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretário-Geral do PSDB. É óbvio que vasculharam tudo e nada encontraram. Nem vão encontrar. Minha vida, minhas contas, estão abertas para quem quiser. Não tenho rabo de palha.”

SOLIDARIEDADE

“Há muitos homens públicos corretos e honestos, mas nenhum mais correto e mais decente do que V.Ex^a”, testemunhou, em parte, o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL). O presidente

do Senado, José Sarney (PMDB-AP), lembrou ter sido companheiro de Congresso do pai do senador, o também senador Arthur Virgílio, “homem com as mesmas características de combatividade e correção de V.Ex^a”. “É episódio ridículo”, completou, referindo-se à publicação do jornal. O 1º vice-presi-

dente, Paulo Paim (PT-RS), e o 2º vice-presidente, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), também testemunharam a correção de Arthur Virgílio. No dia seguinte, vários outros senadores também manifestaram solidariedade, entre os quais o líder do PFL, José Agripino (RN).

CRONOLOGIA DOS ESCÂNDALOS E DESACERTOS

O líder amazonense não deixou, porém, de dar o troco. Aproveitou o mesmo discurso do dia 13 de dezembro para apresentar balanço, em forma cronológica, mês a mês, dos escândalos, denúncias ou atos criticáveis que marcaram os dois anos de Lula e PT no Poder.

“Ninguém brinca com minha honra impunemente”, reiterou. Foi ferino em relação ao Corregedor-Geral da União, Waldir Pires, dizendo que ele transformou o “bingo das prefeituras” numa

forma de perseguição política. “Devia começar pela Prefeitura de Santo André”, disse.

Foi contundente também em relação ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Disse não acreditar que manobra política tão mesquinha pudesse vir do presidente Lula ou do seu líder no Senado, Aloizio Mercadante. “Sobra então o Zé Dirceu”, acrescentou. “É coisa típica de nazistas”, afirmou. “Não vou dizer stalinistas, porque podem achar que é elogio.”

2003

JANEIRO	<ul style="list-style-type: none"> – Ministro da Ciência e Tecnologia defende a construção da bomba atômica. – Primeira invasão de terras no Governo Lula – em Rondônia. – Governo finalmente enumera os pontos principais das reformas: redutor nas aposentadorias integrais dos servidores; cobrança dos inativos, mais alíquotas do IR; manutenção da CPMF.
FEVEREIRO	<ul style="list-style-type: none"> – Cortes no Orçamento atingem saúde, educação e reforma agrária. – Avaliação positiva de Lula cai de 56,6% para 45%.
MARÇO	<ul style="list-style-type: none"> – A cadela de Lula (Michèle) usa carro oficial com motorista.
ABRIL	<ul style="list-style-type: none"> – Programa Fome Zero – nem veio ao mundo e engoliu, em 90 dias, R\$42 milhões dos cofres públicos – apenas para cobrir despesas com viagens, estudos e logística. – O Governo condiciona a concessão dos incentivos culturais ao que chamou de “contrapartida social”, numa intervenção cultural.
MAIO	<ul style="list-style-type: none"> – José Dirceu utiliza avião da FAB para a campanha política em Cruzeiro do Oeste, visando eleições municipais.
JUNHO	<ul style="list-style-type: none"> – Saldo dos seis meses: 580.000 novos desempregados; crescimento da informalidade; queda recorde de renda; começam as manifestações de protestos e invasões do MST. – Escândalo do DNIT – Anderson Adauto e Sérgio Pimentel. – Márcio Thomaz Bastos – utilização de helicóptero da PF para favores pessoais.

“Aprendemos a ser humildes com os nossos erros; já o PT continua usando salto 15.” (Sobre o comportamento do PT nas eleições de 2004 - A Tribuna On Line, em 04/11/04)

JULHO	<ul style="list-style-type: none"> – “O boné da insensatez” – antes que completasse 24 horas, o mesmo boné que aparecia na cabeça de um homem preso na Zona da Mata de Pernambuco, por saquear um caminhão de cargas, aparece na cabeça do Presidente da República. – A ex-secretária executiva do Ministério do Trabalho, Sandra Starling, insinua irregularidades nos contratos de terceirização de mão-de-obra naquele Ministério. Sugere que a CGU fiscalize os contratos. Dias depois, é exonerada do cargo pelo então ministro Jacques Wagner. – Berzoini – Contrato Dataprevi/Cobra. – Presidente Lula completa 163,4 mil km só em vôos internacionais.
AGOSTO	<ul style="list-style-type: none"> – Licitação para a compra de “gêneros básicos” para a Presidência da República: 600kg de bombom Sonho de Valsa; 2.000 vidros de pimenta envelhecida em barril de carvalho; 7.000 pacotes de biscoito recheado. – Ministra Benedita da Silva viaja à Argentina às custas dos cofres públicos.
SETEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> – Agnelo Queiroz – Diárias do COB para assistir aos Jogos Panamericanos. – Uso da estrutura do Ministério dos Esportes para organizar a festa de aniversário do ministro Agnelo. O gabinete despachou os convites e funcionários da assessoria do Ministério os distribuíram para deputados, na Câmara. Os convidados confirmariam presença, ligando para o número do gabinete do ministro. – Ministério Público denuncia o prefeito de Goiânia, Pedro Wilson (PT), por improbidade administrativa – contratos da Secretaria de Comunicação.
OUTUBRO	<ul style="list-style-type: none"> – O Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, sai do Governo “atirando”. – Governo confirma que Lula gastou o dobro de FHC com viagens e diárias. – O INCRA e o ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, pagaram muito por terra que pertence à União Federal na compra de fazenda dos militantes do PT. – “Operação Gafanhoto” – envolvimento do governador de Roraima, Flamarion Portela (PT). – Ex-senador José Eduardo Dutra – “trampolim de óleo” – uso de cargo de presidente da Petrobras para pavimentar sua candidatura ao Governo de Sergipe. Além de promover, em Aracaju, o jogo Flamengo x Racing, a estatal paga obras da Prefeitura local, controlada pelo PT.
NOVEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> – Presidência da República abre licitações para a compra de “artigos de luxo”: 15 roupões de banho com fios de algodão egípcio, num total de R\$152.637,00; 160 jogos americanos coloridos totalizando R\$15.000,00; ampliação da churrasqueira da Granja do Torto, no valor de R\$92.000,00, e até equipamentos de mergulho.
DEZEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> – PT expulsa os deputados Babá, João Fontes e Luciana Genro e a senadora Heloísa Helena. – Governo privilegia a entidade NOROSPAR (Associação Beneficente de Saúde do Noroeste do Paraná), dirigida por um amigo do ministro José Dirceu, no empenho de R\$1 milhão em verbas das emendas parlamentares. A entidade havia sido criada três meses antes do empenho; nenhum parlamentar solicitara a liberação da verba.

“Estamos devolvendo ao Palácio do Planalto, sem honra, sem laço de fita, sem caixa de grife, num papel de embrulho” (Ao anunciar que a oposição não votaria a MP em pauta, que acabou por ser arquivada – Senado Federal, em 30/11/2004)

2004

JANEIRO	– Governo brasileiro decide gastar 56,7 milhões de dólares para comprar novo avião para o presidente Lula.
FEVEREIRO	– Caso Waldomiro Diniz. Acessor do ministro José Dirceu flagrado ao pedir dinheiro a empresária de jogos. – Governo impede instalação da CPI dos bingos.
MARÇO	Governo barra a CPI de Santo André, destinada a apurar a morte do prefeito Celso Daniel e mais seis pessoas.
ABRIL	– A estrela do PT nos jardins do Palácio da Alvorada. – Ex-diretor da Caixa Econômica Federal, Mário Haag, uma das principais testemunhas do caso Waldomiro Diniz, teve sua fazenda invadida – o que poderia não ser simples assalto. Bandidos estavam à procura de documentos. – Promotores movem ação contra ONG <i>Ágora</i> – dinheiro desviado por meio de notas frias.
MAIO	– Bebida do Presidente Lula e a tentativa de expulsão do jornalista americano Larry Rhoter.
JUNHO	– Licitação para a compra de 750 copos de cristal para vinho, champanhe, licor e whisky. – Lula é vaiado, chamado de traidor no velório de Brizola.
JULHO	– Meirelles – Candiota. – Cássio Casseb – Banco do Brasil compra 70 mesas para o Show do Zezé Di Camargo e Luciano, gastando R\$70.000. Dos R\$500.000,00 arrecadados, R\$250.000,00 foram doados ao PT. – Caso Kroll – Lula vai ao Gabão e se extasia com a longevidade do ditador Omar Bongo no poder: 37 anos. Desfila com ele em carro aberto.
AGOSTO	– Governo envia ao Congresso Nacional projeto de lei para criar o Conselho Federal de Jornalismo. – Operação Vampiro. – Ministros usam assessores em campanhas eleitorais. – Para ter o apoio do PTB, o PT oferece cargos, material de campanha e R\$150.000,00 a cada deputado. – Cipriani, o homem que parou a CPI do Banestado – PT não aceita quebra de sigilo bancário de empresário ligado a compadre de Lula.
SETEMBRO	– Prefeito reeleito (PT) de Macapá, João Henrique Pimentel, é preso devido a indícios de irregularidades em três obras executadas por meio de convênios entre a Prefeitura e o Governo federal.

"Termino dizendo algo bem simples: o rei está nu, o rei é incompetente, o Governo é inapetente, o Governo é preguiçoso, o Governo está nu também, até porque tem questões éticas a explicar para a Nação..." (Senado Federal, em 30/11/2004).

OUTUBRO	<ul style="list-style-type: none"> – Gestão do Bolsa-Escola – a corrupção no programa de coordenadores estaduais. – O governador Flamarion Portela (PT), de Roraima, é cassado pelo TSE. – Prisão em flagrante, numa rinha, do publicitário Duda Mendonça e do vereador do Rio de Janeiro Jorge Babu (PT). – Programa Bolsa-Família completa um ano quebrando recorde: em apenas três dias, 468 denúncias de fraudes chegaram ao telefone gratuito do Ministério do Desenvolvimento Social quando a média era de três por dia. – Justiça condena Lula a pagar multa de R\$50.000,00 por pedir votos para Marta Suplicy em evento oficial. – Lula janta com empresários – todos com negócios com o Governo – que patrocinarão a reforma do Palácio da Alvorada. – Fundação Getúlio Vargas calcula mais de 47 milhões na miséria.
NOVEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> – Luiz Eduardo Soares acusa o Governo de arapongagem e truques com o Orçamento. – Abuso com o cartão de crédito corporativo no governo Lula: até agosto, os gastos somavam R\$178 milhões.
DEZEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> – O projeto de restaurantes populares está beneficiando principalmente Prefeituras do PT. – O presidente Lula encerra o ano com um “presente” para a sociedade: a Medida Provisória 232, que reajustou (abaixo dos índices da inflação) as tabelas do IRPF e aumentou o imposto sobre serviços.

AÇÃO CONDENÁVEL DO PT

Como líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto ocupou a tribuna do Senado, no dia 1º de dezembro, para acusar a prefeita Marta Suplicy e o PT paulistano de estarem procurando tornar inviável a administração do prefeito-eleito, José Serra, na capital paulista, e disse ser isso inaceitável.

“Aliam-se até aos tradicionais adversários do PT – acrescentou – unem-se aos malufistas, juntam jacaré e cobra-d’água para tentar fazer o presidente da Câmara Municipal e para engessar o orçamento, deixando para José Serra apenas 5% para remanejamentos e não os 15% de que Marta dispôs.”

Enquanto seus auxiliares e o PT fazem essas articulações, a prefeita – disse o senador – “em vez de preocupar-se com o caos financeiro do município, ausenta-se, vai à Europa”.

Arthur Virgílio Neto cobrou da liderança do Governo e do PT que esse partido assegure a José Serra, amplamente escolhido para administrar a cidade, o direito de ter o presidente da Câmara, como se faz no âmbito federal, bem como o de remanejar o orçamento como a então prefeita o fez. “Digam a eles (os petistas paulistanos) que o PT nacional não aprova essa atitude mesquinha em relação a José Serra”, completou. ■

“Agora, vamos ser bem francos. Onde o Governo colocou sua marca mesmo, ele falhou: na política social. Onde inovou, falhou. Só não falhou onde copiou e, mesmo assim, errou na intensidade e no timing.” (Senado Federal, em 30/11/2004).

APLAUSOS, MERECIDOS

Até o dia 6 de dezembro, o senador Arthur Virgílio Neto havia requerido, no Senado, Voto de Aplauso para 130 pessoas físicas ou instituições.

O senador considera ser essa uma forma de se registrar no Senado o esforço de alguém ou alguma entidade para atingir um objetivo, seja o caso de atleta, de artista, de professor, de pesquisador, ou escola ou instituto de pesquisa.

Se alguém ou instituição se sobressaiu em alguma área, conquistou prêmio, obteve vitória, alcançou alguma distinção, no Brasil ou no exterior – entende o Senador – deve merecer o Aplauso do Senado Federal.

“É uma forma não apenas de reconhecer méritos – assinalou Arthur Virgílio Neto – mas de incentivar o esforço de outras pessoas ou entidades para se aperfeiçoar, conquistar vitórias.” ■

PATENTES IDEOLÓGICAS

O líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto, manifestou estranheza pelo fato de decreto presidencial determinar ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, que analise e decida sobre privilégios de patente “de modo alinhado às diretrizes de política industrial e tecnológica aprovadas pelo Governo Federal”.

Para o senador amazonense, essa determinação, contida no Decreto nº 5.147, de 21 de julho,

configura clara orientação ideológica no registro de patente. Disse que a coluna *Radar*, da revista *Veja*, observou que “nem no Estado Novo ou na ditadura militar isso aconteceu”.

O líder tucano encaminhou à Mesa do Senado requerimento de informações, destinado ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para saber o significado do atrelamento de questão eminentemente técnica a políticas governamentais, ou seja, “a critérios ideológicos”. ■

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS

O senador seguiu o critério que adota há dez anos, desde quando era deputado federal, em relação à cota de emendas que os parlamentares podem apresentar ao Projeto do Orçamento para 2005. Como integrante da bancada, com direito a duas emendas, atendeu a solicitação da Associação Amazonense de Municípios e destinou 30 milhões de reais no âmbito do Ministério de Turismo, e 30 milhões de reais no âmbito

do Ministério da Defesa (Programa Calha Norte), para a Associação distribuir aos municípios.

Das 20 emendas de caráter individual, num total de 3,5 milhões de reais, o senador destinou 200 mil reais à Associação das Pioneiras Sociais (SARAH), porque atende, gratuitamente, a muitos amazonenses; 100 mil à Universidade Federal do Amazonas; e 50 mil ao Laboratório de Construção Civil do CEFET/AM; o restante foi para obras em vários municípios. ■

“... reconheçam que, se o ministro Palocci é o setor que dá certo neste Governo, não faltou ao ministro Palocci o apoio do nosso Partido... Mas falta muito, falta o Governo governar, falta o Governo ser acionado para valer, falta a máquina funcionar e falta uma certa coordenação que nos demonstre que há comando no Brasil.” (Senado Federal, em 08/12/2004).

BANESTADO, UMA "MOLEQUEIRA"

Em veemente discurso, o líder Arthur Virgílio Neto externou a indignação com o relatório elaborado pelo relator da CPI do Banestado e divulgado no dia 14 de dezembro. Classificou-o de "iníquo e injusto" e acusou seu autor, José Mentor (PT-SP), de ter atuado a mando do ministro José Dirceu. Exigiu pronunciamento do Governo sobre "essa molequeira". "Não vamos votar nada aqui, fingindo que está tudo bem. Não vamos compactuar com um relatório que só teve como objetivo inocentar uns e inculpar outros."



Reunião no Gabinete da Liderança do Governo no Senado. Da esquerda para a direita, os líderes do PMDB, Renan Calheiros (AL), da Minoria, Sérgio Guerra (PSDB-PE), do PFL, José Agripino (RN), do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), e do Governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

"Conclamo o Senado e a Câmara dos Deputados a rever as injustiças contidas no relatório", disse, acrescentando que o relator resolveu inocentar Candiota, Casseb e Henrique Meirelles, contra os quais circularam várias denúncias, "e até Paulo Maluf, que é autoexplicável", e condenar o ex-pre-

sidente do Banco Central Gustavo Franco, contra o qual não havia nenhuma denúncia. Sua atuação, como autoridade monetária, assinalou o senador, não poderia ser objeto de exame de uma CPI. Só poderia ser julgada em outro foro. Vários senadores, entre os quais o líder do PFL, José Agripino (RN), ressaltaram a honorabilidade e honradez do economista Gustavo Franco.

Arthur Virgílio repeliu também a inclusão do nome do senador Leonel Pavan (PSDB – SC), isto depois de o relator ter dito a este que nada havia a seu respeito. "Não consigo trabalhar desse jeito", desabafou Arthur Virgílio. "Estou cansado de tanto cinismo. Certamente se quis dar ao PT catarinense alguma coisa para usar contra o senador Pavan se ele se candidatar ao Governo do Estado." Por sua vez, o próprio Pavan contou que o relator o chamara, de manhã, para avisá-lo de que pusera seu nome no relatório, mas que nada havia contra sua pessoa. "Se nada havia, por que pôr meu nome?", indagou.

O relator, segundo o líder tucano, não incluiu Maluf sob a alegação de não ter tido tempo para examinar as acusações sobre contas no exterior. "A questão era livrar a cara de quem tem alguma ligação com o Governo ou pagar dívida eleitoral. Mas como se precisava condenar alguém – acrescentou – escolheu-se o nome de um desvalido, o de Celso Pita, transformado em bode expiatório."

O senador enalteceu, no entanto, a atuação do presidente daquela CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que se preocupou em propor medidas para tapar os furos da legislação que permitiram remessas ilegais de dinheiro para o exterior.■

"Convivi no Palácio, sei que o áulico é uma figura perigosa... Hoje, quando o Lula experimenta um daqueles nós de gravata dele... Aí alguém diz: Presidente, o Gianecchini perto do senhor é horroroso. A Marília Gabriela se olhar para o senhor vai cair apaixonada na hora, porque o senhor é lindo. O áulico é assim." (Senado Federal, em 08/12/2004).

TRÉGUAS

O senador Arthur Virgílio Neto faz, no Senado, os mais veementes e contundentes ataques ao Governo, mas isto não o impediu de, em algumas ocasiões (raras), aplaudir o presidente Lula.

Em setembro, consegui que o Senado aprovasse Voto de Aplauso ao presidente Lula pela “significativa vitória” obtida pelo Brasil, na OMC. Mas fez aprovar também Voto de Aplauso ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso porque foi sob seu Governo que se iniciara a luta na OMC.

Ainda em setembro, satisfeito com o acordo sobre o projeto de informática que, a seu ver, salvou a Zona Franca de Manaus, voltou a elogiá-lo pela

compreensão que demonstrou. Mas não deixou de observar:

“Depois desse elogio muito forte ao presidente Lula, sinto-me anistiado para criticá-lo pelos próximos três meses. Em janeiro volto a fazer outro elogio.”

Não precisou esperar janeiro chegar. No dia 25 de novembro, ao liderar a aprovação de emenda que, modificando a incidência do PIS-Cofins, devolveu a competitividade ao pólo industrial de Manaus, estendeu os agradecimentos ao presidente Lula, “pela grandeza de ter reconhecido o erro (veto anterior) e retomado, meramente retomado, o caminho do bom senso”. ■

MINISTÉRIO DA DEFESA

Repórteres que perguntaram sobre a nomeação do vice-presidente da República, José Alencar, para Ministro da Defesa, o senador Arthur Virgílio disse considerá-la “grave erro”.

“Não pela pessoa do Vice-Presidente – esclareceu – por quem tenho o maior apreço e respeito, mas por ter sido ferido um princípio que Tancredo Neves julgava fundamental: não se nomeia quem não se pode demitir. Como demitir o Vice-Presidente da República sem provocar uma crise política? Tomara que dê certo.”

Para o senador, o outro “grave erro” que Lula comete é dar lugar no Ministério a quem perdeu eleição. “O País não é um sindicato – assinalou –, o Presidente da República tem de montar um Ministério com pessoas capazes e não com pessoas que receberam um ‘não’ do eleitorado. Isso é até um desrespeito à manifestação dos eleitores. O presidente tem de formar um Ministério e não um Derrotório.” ■

“Dizia Roberto Campos que estatística é como biquíni, que mostra tudo, mas esconde o essencial. E disse Mark Twain que há três tipos de mentiras: as mentiras, as mentiras mal contadas e as estatísticas.” (Senado Federal, em 08/12/2004).

PF E DUDA

Para tomar conhecimento, pela *Folha de S. Paulo*, de que foram transferidos para o interior do Estado do Rio dois agentes da Polícia Federal que participaram da operação que resultou na prisão do publicitário da campanha de Lula, Duda Mendonça, o senador Arthur Virgílio Neto encaminhou, no dia 2 de dezembro, várias perguntas ao Ministro da Justiça. O publicitário, como se recorda, foi preso num local clandestino de briga de galos.

Foram as seguintes as perguntas: “Quais as razões que justificam a transferência dos agentes da Polícia Federal Luiz Amado e Marcelo Guimarães para as sedes em Campos e Macaé? A quem coube a decisão pelas transferências dos agentes? Essa decisão não irá dificultar os depoimentos no processo a que o publicitário responde por crime ambiental, formação de quadrilha e apologia ao crime? Há quanto tempo os agentes Amado e Guimarães estavam lotados na Delegacia de Meio Ambiente? Qual é o tempo médio de permanência de um agente em uma unidade da Polícia Federal?” ■

OPOSIÇÃO APRIMORA PPPs

Ao encaminhar, na última sessão do ano, a votação (e aprovação) do projeto de lei que autoriza as Parcerias Público-Privadas (PPPs), o líder Arthur Virgílio Neto ressaltou sua importância para o desenvolvimento do País e disse que a discussão, no Senado, deixou lições sobretudo para o Governo.

“Uma delas – disse – é que não dava para sustentar a arrogância de dizer que a matéria saía da Casa Civil estava pronta, acabada e definitiva e que quem não concordasse com ela era eleitoralista, demagogo e estava contra o País.”

“Se tivéssemos feito como o Governo queria – prosseguiu – teríamos prestado desserviço à Nação. Os debates demonstraram que se fosse mantido aquele texto, a perspectiva de investimento seria nula e, mais ainda, a perspectiva de negociata seria muita. Havia brecha para se burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que foi corrigido pela ação daqueles que, como o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), despertaram a consciência da Casa.”

RESISTÊNCIA

Diante da resistência que encontrou, porém, segundo o líder tucano, o Governo Lula compreendeu que tinha de ouvir as vozes da Oposição e da sociedade – e isto permitiu o aperfeiçoamento do projeto de lei.

Além de ter fechado as aberturas para possível burla da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Senado, como assinalou Arthur Virgílio, assegurou a observância “desse referencial democrático e de legitimidade nas transações públicas que é a Lei de

“Mas o fato é que quando o Governo coloca toda sua euforia em cima de uma vitória econômica, que é meramente a reposição dos padrões ruins de 2002, o Governo está trabalhando para a mídia novamente, sem sinceridade.” (Sobre os resultados econômicos em 2004 – Senado Federal, em 08/12/2004).



O senador Arthur Virgílio Neto expõe seus pontos-de-vista sobre as PPPs em reunião de líderes com o então ministro do Planejamento, Guido Mantega (à direita, ao lado da líder do PT, Ideli Salvati-SC). Aparecem também os líderes do PFL, José Agripino (RN), e do PMDB, Renan Calheiros (AL).

Licitações”. “Não fosse isso – disse – o Conselho Gestor do processo inicial, se mal-intencionado, poderia deitar e rolar na ilegalidade.”

“Pôs-se fim também – acrescentou – à idéia da parceria público-pública, ou seja, o paraíso, o maná que se anunciava para meia dúzia de empresários amigos da realeza, que não teriam risco nenhum. O risco seria do BNDES, do Governo e do contribuinte. Agora, não. Terá de haver contrapartida dos empresários qualificados para participar de parceria público-privada.”

INVESTIMENTOS

O projeto aprovado pelo Senado, no entender do líder tucano, é realmente importante. “Não se trata de panacéia”, disse. “É instrumento para induzir o investimento. Precisamos aumentar o investimento, e muito. Temos de sair desses medíocres 18%, 19% da formação bruta de capital fixo, para 25%, 28%. Isso, sim, fará o Brasil crescer, por anos

seguidos, a taxas acima de 5% ao ano, sem gerar inflação. Como está, esgotando-se rapidamente a capacidade de produzir, o crescimento mais forte gera inflação; a inflação gera o juro mais alto; o juro mais alto nos mergulha no círculo vicioso de mais dívida pública; e mais dívida pública significa, enfim, a estagnação econômica, porque medidas para detê-la teriam de ser tomadas e elas são sempre restritivas.”

Arthur Virgílio Neto destacou especialmente a contribuição, para o bom encaminhamento da matéria, dada pelos presidentes das comissões técnicas, senadores Edison Lobão (PFL-MA), Ramez Tebet (PMDB-MS), pelos relatores João Tenório (PSDB -AL), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), e pelos líderes do Governo, Aloízio Mercadante (PT-SP), do PMDB, Renan Calheiros (AL), e do PFL, José Agripino (RN), e pelo senador Tasso Jereissati, “para mim – disse – a primeira pessoa a alertar para os perigos que havia na matéria saída da Casa Civil”. E fez referência, em sentido contrário, ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu: “Ele não operou nenhum acordo aqui, não telefonou para ninguém e não vejo nenhuma influência dele para mexer com a cabeça de ninguém aqui.” ■

SENADOR TEM RAZÃO

O principal editorial da edição de 3 de setembro de *O Estado de S.Paulo*, sobre o projeto das Parcerias Público-Privadas (PPPs), condenava os ataques do ministro José Dirceu ao PSDB e dava razão ao líder do partido no Senado, Arthur Virgílio Neto. Na primeira página, o jornal fazia a chamada para o editorial:

NOTAS E INFORMAÇÕES

Tem razão o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, ao observar que “o assunto (das PPPs) é sério demais para ficar nas mãos de Dirceu”. Falta o presidente Lula se dar conta disso.

“A força da natureza”, na pág. A3



ALMOÇO COM SKAF

No dia 1º de setembro, o senador Arthur Virgílio Neto almoçou, no restaurante do Senado, com o então presidente-eleito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Paulo Skaf, que visitava o Congresso Nacional para conversar sobre o projeto das Parcerias Público-Privadas.

INVESTIDORES

Em dezembro, logo após a aprovação do projeto de lei das PPPs, com as correções defendidas pela Oposição, o líder do PSDB aceitou convite para proferir palestra sobre as parcerias em Congresso Anual de Investimento promovido pelo Banco Santander, em Cancun, México, no mês de janeiro, com a participação também do líder do governo no Senado, Aloízio Mercadante (PT-SP). Estariam presentes investidores, autoridades e executivos da América e da Europa.

“Alguém, para me enfrentar, tem que ser decente e tem que ter coragem. Se faltar uma das duas qualidades, não basta para me enfrentar. Então, espero que o Governo tenha gente decente e corajosa.” (Senado Federal, em 13/12/2004).

PARECERES: DEVER CUMPRIDO

A pesar de suas múltiplas atribuições, como líder da bancada do PSDB, com ativa participação nas comissões técnicas e assiduidade nos debates em plenário, o senador Arthur Virgílio Neto relatou todas as proposições que lhe foram distribuídas no correr do ano de 2004.

“Deixo o Gabinete zerado”, disse. “Não ficou uma só proposição pendente de parecer. Dever cumprido.” Ao senador foram distribuídas 48 proposições, entre as quais várias relativas à permissão (ou renovação de permissão) para a exploração de serviço de radiodifusão em cidades amazonenses.

O senador deu parecer favorável a projeto de resolução do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) sobre a criação de Comissão (permanente) de Turismo no Senado. Concordou com a criação de cargos no Tribu-

nal Regional do Trabalho de Santa Catarina. Foi favorável a projeto que elimina o protesto por novo júri.



Defesa de parecer

Deu parecer contrário a projeto de lei que estabelecia condições para suspensão do direito de réu primário de recorrer em liberdade. Entendeu que não aperfeiçoava o ordenamento jurídico. Foi contra também a proposta de plebiscito para decidir sobre o Horário de Verão, por se tratar de assunto técnico. ■



TV-SENADO — Às vésperas do encerramento do produtivo ano parlamentar, em que o Senado limpou a pauta, o senador Arthur Virgílio Neto foi com o presidente da Casa, senador José Sarney, assistir ao ato de inauguração do novo e moderno estúdio da TV-Senado. Na foto, com integrantes da Mesa Diretora, outros líderes partidários e diretores do Senado.

KAKÁ

Em fins de novembro, o líder do PSDB requereu, no Senado, Voto de Aplauso ao futebolista Kaká, titular da Seleção Brasileira, ex-jogador do São Paulo, e hoje integrante da equipe do Milan, na Itália, por ter sido escolhido pela ONU para ser o Embaixador contra a Fome, no Programa Alimentar Mundial.

“A homenagem justifica-se – disse – diante da acertada decisão da Organização das Nações Unidas-ONU. O atleta brasileiro, além de excelente futebolista, é pessoa que reflete confiança e serenidade, ideal para a função de despertar os povos de todos os continentes para o grave problema da fome.” ■

“É lamentável que eu ainda esteja aqui... a cobrar o reconhecimento dos direitos políticos do presidente Fernando Henrique Cardoso... V. Ex.^a fique ciente de que o presidente Fernando Henrique vai falar sempre e vai falar sempre com repercussão. Nada o impedirá de se manifestar diante da situação nacional.” (Ao rebater o senador Aloízio Mercadante sobre a manifestação da opinião de FHC – Senado Federal, em 30/11/2004).

O DESÂNIMO NO CAMPO

Arthur Virgílio Neto tem chamado a atenção, no Senado, para o crescimento das invasões de propriedades no campo, o que aumenta a violência e atinge o agronegócio, o setor mais produtivo, hoje, no País.

As invasões, pelo MST, que estavam em declínio no segundo mandato de FHC – assinalou o senador – aumentaram depois que Lula assumiu o poder.

No dia 17 de novembro, o senador pediu a transcrição, nos Anais, de matéria de *O Estado de S. Paulo* sobre um fazendeiro do Pontal (interior paulista) que, vencido pelos ataques a bala dos sem-terra, deixava a fazenda para procurar emprego.

“É o retrato da situação hoje vivida por muitos produtores rurais – disse – demonstrando que está tudo pior, como há dias declarou o ex-senador Paulo Brossard, e tudo bem visível.”

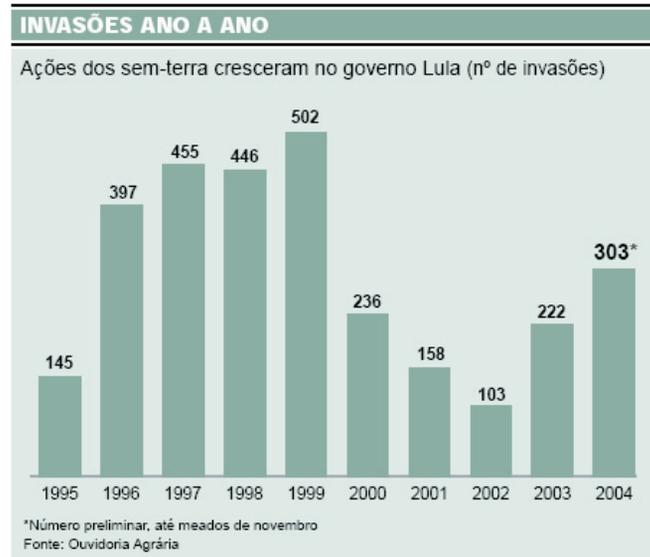
ESCOLA DE VIOLÊNCIA

No dia 17 de setembro, Arthur Virgílio Neto dirigiu requerimento de informações ao ministro da Educação a propósito de denúncia da revista *Veja*, segundo a qual “os professores ensinam o ódio e instigam a revolução” nas escolas de ensino fundamental criadas pelo MST.

Ele queria saber se o Ministério da Educação tem conhecimento da existência desse sistema de ensino paralelo, suas distorções, e que providências tomou.

Para o senador, se procedente a denúncia, há clara violação de dispositivos constitucionais, pois nessas escolas se cultuaria o Sete de Setembro,

não como a data da Independência Nacional, mas como o “Dia dos Excluídos” e, em vez de ressaltar vultos da história brasileira, se exaltariam Marx e Che Guevara. ■



(Reproduzido de *O Estado de S. Paulo*, 07/12/2004)

SANHA DO FISCO

A sugestão da Câmara Municipal de Manaus, para que a sociedade civil lance campanha nacional contra a sanha do fisco do presidente Lula, foi para os Anais do Senado, por iniciativa do líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto.

O senador leu, em plenário, os dois primeiros parágrafos da medida proposta pelo vereador Luiz

Fernando, 1º vice-presidente da Câmara Municipal.

“Eles demonstram eloquentemente – assinalou – a sanha arrecadora do Governo Lula: uma família com renda mensal de R\$5 mil, paga, por mês, em tributos e contribuições diretas, R\$1.269, mais R\$795 com educação, saúde e segurança, que deveriam ser custeadas pelo Governo. Este fica, assim, com 65,7% da renda familiar.” ■

“Em lugar da Bandeira Nacional, o Governo Lula usa um dístico nazista, igual ao do ‘Brasil, ame-o ou deixe-o’, do Médici; ou em tudo parecido com o ‘Este é um país que vai pra frente’.” (Senado Federal, em 13/12/2004)

POLÍTICA EXTERNA CANHESTRA

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto, que é diplomata de carreira, a política externa do Governo Lula é “infantil e canhestra”.

“Tudo visa ao *marketing*” – disse, em discurso no Senado. “É um viés equivocado, que centra esforços para o Brasil tornar-se membro permanente de uma ONU que não existe mais. E aí, tomem prodigalidades: são 300 milhões de dívida que o Brasil anistia em favor de um país não sei onde; são 400 milhões para não sei onde; é o dinheiro do BNDES, que falta para a geração do emprego nacional, sendo prodigalizado para a Bolívia, ou não sei mais para que país, em cima do sonho tresloucado de o Brasil se tornar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.”

O Brasil, a seu ver, teria de lutar para recriar o multilateralismo. “Este – disse – deveria ser o objetivo fundamental. Quem sabe, lutarmos, em um primeiro momento, para que nenhum país tivesse direito a veto no Conselho de Segurança. Isso equipararia os Estados Unidos aos demais. O resto é fingir que não percebemos que os Estados Unidos invadiram o Iraque quando quiseram e procederam da maneira que quiseram, e procedendo da maneira que quiseram, ignoraram a ONU e reduziram a pó essa verdadeira tolice pela qual o Brasil se esforça tanto.”

CHINA

O líder tucano condenou o acordo que o Governo firmou com a China, concedendo-lhe *status* de “economia de mercado”. “Isso é grave – afirmou – chega a ser crime de lesa-pátria. Não é um gesto de boa vontade, como seria homenagear um líder chinês falecido. Tem implicações econômicas graves.”

O senador explicou: hoje, nas relações comerciais com a China, o Brasil toma como referência, por exemplo, preços da Indonésia, ou de outro

país que pratique efetivamente a economia de livre mercado. Pelo acordo, terá de tomar por base os preços do mercado doméstico chinês, país que remunera a mão-de-obra a US\$20 por mês. Diminuem as possibilidades de negócios brasileiros na China. Mais ainda: fica aberta a porta para a China entupir o Brasil de muambas de baixa qualidade, desempregando mão-de-obra aqui.

“Finalmente – prosseguiu – entendi onde e como o presidente Lula vai cumprir a promessa dos 10 milhões de empregos. Com esse gesto, talvez crie 10 milhões de empregos na China, às custas, quem sabe, de 10 milhões de empregos no Brasil.”

Dos cerca de 150 países membros da Organização Mundial do Comércio-OMC, assinalou o senador, apenas 19, de economia pequena, reconhecem a China como economia de mercado. Os Estados Unidos não a reconhecem como tal e, não obstante, são grande parceiro comercial desse país. A União Européia também não, e é igualmente importante parceiro da China.

Continuando, o líder do PSDB disse não haver, em suas palavras, nenhum preconceito em relação à China. “Ao contrário – destacou – anseio por mais comércio com aquele país. Mas quero algo com mão e contramão, mão dupla, que gere empregos no Brasil e não que o Brasil seja recebedor das muambas chinesas, que vêm para cá à base, inclusive, da pirataria regularizada e regulamentada, para gerar empregos naquele país à custa dos empregos que teriam que ser gerados no Brasil.”

RÚSSIA

O Governo, segundo o senador, não se emenda. Dias depois, fez outra concessão, sem nada em troca. Desta vez, à Rússia, ao declarar apoio ao ingresso desta na Organização Mundial do Comércio.

“O périplo do presidente Lula – concluiu – por vários países, é prejudicial ao Brasil. Agrada apenas a restrito círculo, o núcleo petista do Palácio do Planalto.” ■

“Não sou roedor. Há pessoas que têm vocação para roedor. Eu tenho vocação para leão e, como tal, defendo-me e enfrento as situações como leão.” (Senado Federal, em 13/12/2004)

PETROBRAS E PREJUÍZOS

Com base em notícias veiculadas pela imprensa, o líder Arthur Virgílio apresentou à Mesa do Senado requerimento de informações, endereçado à ministra das Minas e Energia, para saber a verdade sobre prejuízos que a Petrobras teria sofrido por retardar o reajustamento dos preços dos combustíveis.

O senador perguntou: “Qual o critério atualmente utilizado pela diretoria da Petrobras para a definição dos preços dos combustíveis? Se o critério utilizado for baseado nas cotações internacionais, qual a justificativa para a Petrobras ter mantido os preços dos combustíveis defasados em relação ao mercado internacional? A decisão de manter os preços dos combustíveis vendidos no Brasil defasados em relação aos preços internacionais do

petróleo implicou prejuízo para a Petrobras? Qual o montante desse prejuízo?”

Arthur Virgílio assinala que, segundo a imprensa, os preços internacionais do petróleo aumentaram consideravelmente, passando de patamar inferior a US\$ 30 para valores recordes, chegando a atingir números acima de US\$ 50 no mês de outubro. Como a Petrobras retardou o reajustamento dos preços dos seus combustíveis, a diferença entre os preços internacionais e os do mercado interno teria resultado em prejuízo da ordem de 4 bilhões de reais. Uma articulista deu a entender que a Petrobras agia por motivos eleitoreiros: “Como aumentar a gasolina para os eleitores bem na hora da eleição?”, perguntou ela. ■

PREOCUPAÇÃO COM ESPORTE

Já ao encerramento do ano parlamentar, Arthur Virgílio Neto manifestou, no Senado, preocupação com os casos de morte de jogadores de futebol em plena atividade, e com a violência no esporte. E apreensão também com informações de que o Governo estaria preparando medida provisória “que seria um tapetão na área do futebol”.

Ele falou quando se tratava do caso do atleta Cristiano Júnior, que jogava num time de futebol na Índia e faleceu, aos 25 anos, após chocar-se com o goleiro do time adversário. No dia anterior ele havia sido sepultado em Brasília, onde reside sua família.

Para o senador amazonense, é hora de se fazer exame geral das condições da prática do esporte

no País, principalmente no setor do futebol profissional.

Nessa área, assinalou, os profissionais são muito pressionados. Os que usufruem de salários milionários são poucos. A grande maioria tem salários baixos e se esforça ao máximo para ascender ao pequeno grupo da elite.

Esses se sujeitam a todas as exigências dos treinadores e dos clubes. “Há treinadores – disse – que também pressionados pelas direções dos clubes, dão ordens aos jogadores para parar as jogadas dos adversários de qualquer modo. Se quem recebe a ordem não tem suficiente habilidade, vai parar a jogada com falta, com violência, pondo em risco a integridade física do adversário.” ■

“Ninguém brinca com a minha honra impunemente, nem na China, nem no Brasil, nem na Argentina, nem no Palácio do Planalto, nem nos porões de Santo André. Ninguém mexe comigo em se tratando da minha honra.”
(Senado Federal, em 13/12/2004).

MARATONA NA TRIBUNA

Na última sessão deliberativa do ano, no Senado, iniciada às 10 horas do dia 21 e somente encerrada por volta de 1h30 do dia 22, Arthur Virgílio Neto cumpriu verdadeira maratona na tribuna: discursou nada menos que 16 vezes, ora para discutir as matérias, ora, como líder de bancada, para encaminhar as votações, ora como aparteante.

Estavam em pauta seis projetos de lei de conversão de medidas provisórias. Era o último dia. Se não fossem aprovados, as medidas provisórias perderiam a validade. A liderança do Governo fez apelo às oposições e elas o atenderam, concordando em não obstruir as votações, pois havia matérias importantes para o País.

Arthur Virgílio não deixou, porém, de registrar sua reclamação: “A proposta que o Governo sempre faz é: vota-se tudo hoje e se conversa amanhã. A Oposição faz a sua parte, contribui com as votações, mas no dia seguinte não tem conversa. O Governo não cumpre os acordos, não faz a sua parte.”

“BASTA”

Por isso, disse encerrar o ano com a sensação de que, atuando de boa fé, fica-se na posição de otário diante de um Governo que não cumpre acordos. “Se fosse levar pelo mesmo terreno – acrescentou – diria que se um é otário, o outro é malandro. Es-

toou cansado. No ano que vem não será mais assim. Darei a mim mesmo um basta.”

Não ficou apenas nesse protesto. Disse que como o presidente da República edita uma medida provisória atrás de outra, entulhando o Congresso e prejudicando seu funcionamento, e elas chegam ao Senado já em cima do prazo, sem tempo para exame

mais aprofundado, iria abrir, naquela sessão, ao menos debate em torno de todas elas. “Não haverá aprovação senta/levanta”, advertiu.

E assim fez o senador amazonense: de meados da manhã do dia 21 até o início da madrugada do dia 22 permaneceu em plenário. Discursou a respeito da contribuição social sobre o lucro líquido e para o Pis/Pasep; criação de cargos de Direção e Assessoramento Superiores, no Executivo; normas sobre crédito rural e armazenagem; criação da carreira de Tecnologia Militar nas Forças Armadas; gratificação de desempenho e pró-

labore para algumas categorias de servidores públicos; plantio e comercialização da safra de 2005 da soja geneticamente modificada; e autorização para a criação da Secretaria da Receita Previdenciária. ■



"Se o rei não tiver o caráter que eu quero acreditar que continua tendo o presidente Lula, vai saquear o País porque terá silenciado a oposição de um jeito que nem a ditadura militar o fez." (Ao exigir a CPI dos Bingos – Senado Federal, em 10/03/2004).

MARCA-PASSO

Projeto de lei apresentado pelo o líder Arthur Virgílio Neto favorece os portadores de marca-passo ou aparelho similar, dispensando-os de revista por meio de portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes.

O senador, que atendeu a pedido de interessados, justificou a iniciativa com a explicação de que as inspeções por meios eletrônicos, como ocorre nos aeroportos, estabelecimentos bancários, repartições públicas e outros, pode afetar o funcionamento desses aparelhos.

Marca-passo ou aparelho similar, implantado em pessoas cardíacas, destina-se a controlar o ritmo das batidas do coração por meio de impulsos elétricos. São aparelhos sensíveis e, por isso,

sujeitos a interferência de campos magnéticos ou mecânicos.

Assinalou Arthur Virgílio que, segundo o Ministério da Saúde, nos últimos doze anos foram instalados no Brasil cerca de 172 mil marca-passos, de todos os tipos. A partir de 2002, chegou-se à média de 18.300 novos marca-passos por ano.

Pelo projeto de lei, as passagens com controle eletrônico terão de conter aviso de que podem ser prejudiciais aos portadores de marca-passo ou aparelho semelhante. Estes, para ficarem isentos da inspeção eletrônica, terão de apresentar documento, expedido pelo médico ou pelo hospital que fez o implante, comprovando a sua situação. ■

FILHOS SUBTRAÍDOS

O senador Arthur Virgílio Neto apresentou, no Senado, projeto de lei tornando imprescritível o direito de os pais registrarem filho que tenha sido subtraído, como no famoso caso Pedrinho.

A proposição acrescenta, para tanto, mais um parágrafo ao art. 46 da lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei de Registros Públicos.

Na justificação do projeto, o senador amazonense diz que depois do caso Pedrinho, outros semelhantes começaram a aparecer em todo o País, e que é necessário tornar mais clara a Lei de Registros Públicos para assegurar o direito de os pais verdadeiros, a qualquer tempo, fazer o registro do filho. ■

"É a lei-alfaiate, feita sob medida." (Assim o Senador classificou a Medida Provisória que conferiu status de Ministro ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Ele era a favor do objetivo. Entende que o Presidente do BC deve ter foro especial. Mas condenou a forma e o casuísmo. Declaração à imprensa, dezembro de 2004.)

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS EM 2004

PROPOSIÇÃO	Nº	EMENTA	ÚLTIMA AÇÃO
PLS	357/04	Acrescenta parágrafo ao artigo 46 da Lei nº 6.015, de 1973, Lei dos Registros Públicos, para tornar imprescritível a pretensão do direito de registrar filho subtraído dos genitores	Data: 15/12/2004 Local: CCJ Situação: Prazo para apresentação de emendas encerrado em 15/12/2004
PLS	339/04	Altera o artigo 62 da Lei nº 9.504, de 1997, que estabelece normas para as eleições, para autorizar o voto em trânsito no sistema eletrônico de votação	Data: 02/12/2004 Local: CCJ Situação: Aguardando designação de relator
PLS	335/04	Dispõe sobre o recurso de embargos de declaração, altera o Código de Processo Civil e dá outras providências	Data: 07/12/2004 Local: CCJ Situação: Prazo para apresentação de emendas encerrado em 13/12/2004
PLS	268/04	Altera dispositivos da Lei nº 9445, de 14 de março de 1997, para conceder subvenção econômica ao preço da gasolina consumidas por embarcações pesqueiras nacionais.	Data: 24/11/2004 Local: CCJ Situação: Recebido o relatório do senador Pedro Simon, com voto pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo apresentado. Matéria pronta para pauta na Comissão.
PLS	240/04	Altera a Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, referente ao Código de Processo Civil. O Projeto determina que o incidente de argüição de inconstitucionalidade seja processado em autos apartados aos do feito principal que lhe deu ensejo	Data: 21/10/2004 Local: CCJ Situação: Matéria com o relator, senador Sérgio Guerra.
PLS	206/04	Altera a Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, referente ao Código de Processo Civil. O Projeto determina que o incidente de argüição de inconstitucionalidade seja processado em autos apartados aos do feito principal que lhe deu ensejo	Data: 28/09/2004 Local: CCJ Situação: Matéria com a relatoria. Redistribuído ao senador João Batista Motta, para emitir relatório.

PROPOSIÇÃO	Nº	EMENTA	ÚLTIMA AÇÃO
PLS	120/04	Proíbe, em todo o território nacional, a exploração de jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, independentemente dos nomes de fantasia, e dá outras providências.	Data: 03/11/2004 Local: Gabinete do senador Romero Jucá Situação: Encaminhado ao relator, senador Romero Jucá, para reexame da matéria.
PEC	59/04	Altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia.	Data: 08/12/2004 Local: CCJ Situação: Matéria com o Relator, senador Álvaro Dias
PEC	10/04	Altera o artigo 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional e dá outras providências.	Data: 22/06/2004 Local: CCJ Situação: Redistribuído ao senador José Jorge, para emitir relatório.
PEC	06/04	Acrescenta parágrafos e incisos ao artigo 19 no Ato das Disposições Transitórias, dispondo sobre a situação funcional dos empregados públicos que menciona, legalmente cedidos, pelo período mínimo que estabelece, a órgãos e entidades da União.	Data: 11/03/2004 Local: CCJ Situação: Matéria distribuída ao senador Eduardo Azeredo, para emitir relatório.